

Demonstrações Financeiras Consolidadas

de acordo com as Normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB)

1T26



Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2026. Seguimos as práticas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Comentário Econômico

A economia brasileira apresentou sinais mistos no último trimestre. De um lado, alguns setores seguem desacelerando, refletindo os efeitos da política monetária restritiva. De outro, fatores pontuais, como a isenção do imposto de renda, e o mercado de trabalho aquecido podem levar a alguma reaceleração no curto prazo. Nossas projeções indicam um crescimento de 1,5% em 2026, mais modesto do que o crescimento de 2,3% observado no ano passado.

Apesar das expectativas de inflação e da inflação corrente ainda estarem acima da meta e do impacto sobre preços por conta do conflito no Oriente Médio, o Banco Central iniciou o ciclo de corte de juros. Ao reduzir a Selic de 15,00% para 14,75% em março, a autoridade adotou uma postura de cautela e serenidade na calibragem dos juros, dada a elevada incerteza, e deixou os próximos passos condicionados à evolução do cenário. Acreditamos que o Banco Central siga cortando a taxa básica de juros ao longo dos próximos meses.

As incertezas sobre o cenário internacional se intensificaram. A guerra no Irã materializou um dos riscos do cenário global, trazendo dúvidas sobre a extensão do conflito e seus impactos sobre preços de *commodities*, principalmente petróleo e fertilizantes, inflação, crescimento mundial e condução de política monetária.

Destaques 1T26

Em fevereiro de 2026, o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) publicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o Fato Relevante sobre a Reorganização Societária para Consolidar os Negócios de Saúde da Organização Bradesco por meio da cisão parcial da Bradseg Participações (“Cisão Bradseg”), a qual representa a etapa inicial da operação (“Operação”). A Operação tem por objetivo a geração de múltiplos benefícios aos *stakeholders* das companhias envolvidas. Ao término da Reorganização Societária, a razão social da Odontoprev será alterada para Bradsaúde S.A, um ecossistema de saúde completo, que reunirá operadora de planos de saúde e odontológicos, hospitais, laboratórios e centros de diagnóstico, clínicas de atenção primária e oncológica, plataformas de serviços voltadas ao segmento de saúde, bem como *healthtechs*.

No mês de março de 2026, foram realizadas duas Assembleias Gerais. A Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 10 de março de 2026, deliberou sobre o aumento do capital social para R\$ 93.770.000.000,00 (noventa e três bilhões, setecentos e setenta milhões de reais), bem como sobre a reeleição e a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Por sua vez, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2026, deliberou sobre a cisão parcial da Bradseg Participações S.A., com a incorporação da parcela cindida pelo Banco Bradesco S.A.



Informações Seleccionadas 1T26

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 5,2 bi

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 0,47 ON

R\$ 0,51 PN

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 17,01

VALOR DE MERCADO

R\$ 189,6 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

12,0%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 179,8 bi

JCP R\$ 4,0 bi (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA
(Mar26 vs. Mar25)

R\$ 1.089,9 bi (+8,4%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 474,0 bi (+9,5%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 615,9 bi (+7,6%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA
(Mar26 vs. Mar25)

R\$ 56,9 bi (+1,4%)

DEPÓSITOS TOTAIS
(Mar26 vs. Mar25)

R\$ 752,2 bi (+20,8%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(Mar26 vs. Mar25)

R\$ 888,5 bi (+12,2%)

VJR: R\$ 485,3 bi (+15,9%)

VJORA: R\$ 147,7 bi (+14,7%)

Custo Amortizado: R\$ 255,5 bi (+4,5%)

(1) Atribuído aos controladores;



Tecnologia e Inovação

No primeiro trimestre de 2026, a tecnologia manteve trajetória consistente de evolução, reforçando seu papel como alavanca estratégica para geração de valor aos clientes e ao negócio. A estratégia *AI Powered* orienta entregas que combinam hiperpersonalização em escala, eficiência operacional e segurança, fortalecendo a capacidade do banco de atender milhões de clientes de forma mais contextualizada, fluida e relevante.

O modelo *Agile@Scale* sustenta o ritmo de execução e aprofunda a integração entre tecnologia e negócio. Com tribos co-gerenciadas e atuação *end to end* nas jornadas, o banco registrou redução de 44% no lead time *versus* 2024 e projeção de crescimento de 2,7x no volume de *features* de negócio entregues em 2026 em relação ao fim de 2023, com 34 tribos ativas e plano de expansão até 2028, consolidando ganhos estruturais de produtividade e previsibilidade.

A agenda de inteligência artificial ganha escala com a consolidação da *Bridge*, plataforma proprietária de Inteligência Artificial do Bradesco, sendo um eixo central da estratégia. Em menos de um ano, essa plataforma triplicou o número de iniciativas e superou 660 casos de uso, abrangendo mais de 90 áreas e com cerca de 120 soluções. Esse avanço acelera a aplicação prática de IA generativa em produtos, canais e processos, com governança, segurança e reutilização de serviços, reduzindo o tempo entre concepção e entrega das soluções.

As BIAs consolidam-se como principal interface dessa estratégia junto a clientes e times internos. A BIA Clientes opera com cobertura integral no app e no *WhatsApp*, alcançando resolutividade próxima a 87% e acumulando mais de 71 milhões de interações com IA generativa desde julho de 2024, ampliando jornadas transacionais e suporte financeiro contextualizado. A BIA Corporativa apoia 100% dos funcionários, enquanto a BIA Tech aprofunda o uso de *GenAI* no ciclo de desenvolvimento, elevando produtividade, qualidade e velocidade por meio da automação de testes e revisões contínuas de código. Como desdobramento desse modelo, a BIA Tech AgentiX foi criada para viabilizar a criação de agentes de IA capazes de atuar de forma individual ou colaborativa na execução de tarefas complexas e de alto esforço.

A tecnologia aplicada ao negócio também contribui diretamente para o avanço da receita da organização. O uso de dados e IA permite maior personalização de ofertas e jornadas em escala, com impacto relevante em produção, ampliação do alcance a clientes não correntistas e maior sofisticação na orquestração comercial, reforçando a centralidade no cliente e a eficiência das ativações.

Nos canais digitais de Pessoa Física, a evolução das experiências prioriza autonomia e conveniência. O banco entregou novas jornadas 100% digitais, como consórcio pelo app, e novos painéis de gestão que ampliam transparência. No crédito imobiliário, avançou com simulação, amortização e quitação digitais. No Pix, as entregas se concentraram em segurança e controle, com funcionalidades como Pix com Crédito, Resumo Pix, Mecanismo Especial de Devolução - MED 2.0 e biometria facial, combinando evolução funcional com ganhos relevantes em adoção e mitigação de fraudes. Em investimentos, estamos aplicando IA generativa para elevar padronização, qualidade e tempestividade no atendimento a clientes de alta renda.

A segurança permanece como prioridade. Lançamos o +Proteção Bradesco para Pix, camada adicional que combina limites configuráveis e biometria em situações fora de redes confiáveis. Evoluiu também a prevenção proativa com o Vigia, utilizando a BIA no *WhatsApp* para interação em casos de suspeita de fraude envolvendo boletos, TEDs e transferências, reforçando a proteção em tempo real.

No *Open Finance*, ocorreu a expansão das jornadas de saldos, pagamentos e crédito, com destaque para a consulta multibanco via BIA e crescimento consistente do volume de consentimentos. Para clientes PJ, o lançamento da *EasyTrade* viabilizou a negociação digital direta com a tesouraria do banco, enquanto as iniciativas em recebimentos evoluem os fluxos de arrecadação, cobrança e débito automático, como a possibilidade de repetição automática do DDA.

Para sustentar esse ritmo de transformação, o banco mantém o investimento em pessoas e vem reforçando sua área de Tecnologia com a ampliação do time alinhado a agenda de evolução estratégica. Na comunidade *Techbra*, os funcionários são apoiados por encontros com comunidades técnicas, *meetups* e iniciativas de disseminação de conhecimento. Como desdobramento do Blog de Tecnologia bradesco.io, foi lançada a "Newsletter Tecnologia em Pauta", que ultrapassa 400 mil inscritos, reforçando o posicionamento do Bradesco como referência tecnológica no mercado.

O trimestre se encerrou com reconhecimentos que refletem consistência, inovação e governança. O Bradesco foi destaque no prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI, com o case MentorIA em cobrança, e no *Banking Transformation*, com premiações em iniciativas de segurança antifraude, identidade digital em



blockchain e iniciação de pagamentos sem redirecionamento. O banco também foi citado como referência em IA Responsável em estudo conduzido pela Reuters em parceria com a UNESCO, além do reconhecimento no Prêmio Ouvidoria Brasil, pela aplicação de IA na leitura automática de anexos. Para 2026, o compromisso é ampliar o investimento em tecnologia e elevar a eficiência, com foco em hiperpersonalização em escala, segurança e geração sustentável de valor para clientes e negócio.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 12 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 26 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 80.348 funcionários, sendo 68.822 do Banco Bradesco, 10.695 de Empresas Ligadas e 831 do exterior.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site: bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que uma atuação consistente em governança, gestão e engajamento nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) é fundamental para o crescimento sustentável e para a perenidade das nossas operações, contribuindo para a geração de valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders.

Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada pela integração dos temas ASG à gestão dos negócios, à transparência e à tomada de decisões.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados.

Até março de 2026, alcançamos 89% da meta de direcionar R\$ 450 bilhões até o final de 2026 (considerando o volume acumulado desde 2021) destinada ao financiamento de negócios sustentáveis e ao apoio aos clientes em sua transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva.



Em janeiro de 2026, fomos um dos contemplados no 3º leilão do programa Eco Invest, iniciativa do Governo Federal voltada à atração de capital estrangeiro privado para o financiamento da economia verde no Brasil.

A atuação no programa envolve investimentos em participação societária nas cadeias produtivas priorizadas, incluindo startups, empresas em fase de expansão e operações de *spin-off* corporativo. Assumimos o compromisso de estruturar R\$ 1,5 bilhão em investimentos, com alavancagem média de 3,2 vezes, o que representa um volume potencial de R\$ 4,7 bilhões destinados a projetos alinhados à agenda de negócios sustentáveis.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida por índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br / bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado pela área de Governança Corporativa, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Órgão possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato de 1 (um) ano. É composto por 3 (três) membros efetivos, eleitos pelos acionistas controladores, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).



Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração, considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada, prioritariamente, na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF - *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), do Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e das diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,6% do Ibovespa em 31 de março de 2026. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão Corporativa de Riscos

A Gestão Corporativa de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência, rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação, inteligência artificial e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.



Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, de acordo com as políticas internas da Organização, assim como, com as regras de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.



Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,6 bilhão

Previsão de investimentos em 2026

R\$ 1,3 bilhão destinados ao custeio das despesas de atividades

R\$ 328 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.

E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 2,0 milhões de usuários concluirão, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 1T26

- Bradesco recebeu o Selo de Prevenção a Fraudes 2025, concedido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A Organização teve pontuação de 94% e está entre as primeiras a obter essa certificação, que reconhece o compromisso do Banco com a segurança, a integridade e a prevenção
- Bradesco é destaque em pesquisa sobre mulheres na liderança, realizada pela ONG *Women In Leadership Latin America*, com parceria dos jornais: Valor Econômico e O Globo.
- A Casa Bradesco é reconhecida internacionalmente, após Marcello Dantas conquistar o prêmio *Créateurs Design Awards* (CDA) na categoria: Excelência em Curadoria de Artes e Design pela exposição Re-Selvagem – Natureza Inventada.
- Bradesco Asset é bicampeã no prêmio Outliers InfoMoney como Melhor Gestora Voto Popular 2025. Além de bicampeã com o Bradesco Ultra, ficando em segundo lugar com o Bradesco Private Dividendos e na terceira colocação com o Bradesco Crédito Privado Plus.
- Bradesco foi reconhecido pela Fundação Getúlio Vargas como Melhor Banco do Ano no ranking Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI).
- O Banco se destacou em um estudo conduzido pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV, que avalia realização, responsabilidade, aconselhamento e lealdade. O Bradesco também liderou nas categorias Ações, Multimercados, Money Market, Alta Renda e Varejo.



- O Bradesco foi vencedor do Prêmio *Banking Transformation* 2025, com o case Identidade Digital Bradesco. A premiação promovida pela Cantarino Brasileiro reconhece as melhores iniciativas do setor financeiro.
- Bradesco integra mais uma vez o *Sustainability Yearbook* 2026, publicação da S&P Global que destaca, em âmbito global, as empresas com melhor desempenho em sustentabilidade e práticas ESG.

Agradecimentos

Os resultados no primeiro trimestre evidenciam a aderência da estratégia da Organização Bradesco às dinâmicas e exigências do mercado, reforçando o compromisso que temos com a inovação responsável e a geração consistente de valor no longo prazo. A performance alcançada reflete as nossas pessoas, um time qualificado e comprometido com a excelência no atendimento, bem como a confiança contínua de acionistas e clientes, razão de existirmos. A todos, nosso reconhecimento e agradecimentos.

Cidade de Deus, 29 de abril de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

Balanço Patrimonial Consolidado.....	12
Demonstração Consolidada do Resultado	13
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Líquido	15
Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa	16-17
Notas Explicativas �s Demonstra�es Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.....	18-124
Relatório dos Auditores Independentes	126
Parecer do Conselho Fiscal	127
�ndice das Notas Explicativas �s Demonstra�es Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas	
1) INFORMAÇOES GERAIS.....	18
2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	18
3) NORMAS, ALTERA�OES E INTERPRETA�OES DE NORMAS.....	22
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.....	23
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	24
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	24
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	25
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	32
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	33
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUI�OES FINANCEIRAS.....	34
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	35
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.....	45
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E <i>JOINT VENTURE</i>	46
14) IMOBILIZADO DE USO.....	48
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.....	50
16) OUTROS ATIVOS	51
17) RECURSOS DE INSTITUI�OES FINANCEIRAS.....	51
18) RECURSOS DE CLIENTES.....	51
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	52
20) D�VIDAS SUBORDINADAS	53
21) CONTRATOS DE SEGUROS	54
22) PROVISOES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	62
23) OUTROS PASSIVOS	65
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	66
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
26) LUCRO POR A�O	69
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS.....	69
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSOES	70
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	71
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	71
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERA�OES EM MOEDA ESTRANGEIRA	71
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA.....	71
33) DESPESAS DE PESSOAL	72
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	72
35) DEPRECIA�O E AMORTIZA�O	72
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	72
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUI�O SOCIAL.....	73
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	77
39) TRANSA�OES COM PARTES RELACIONADAS.....	80
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	82
41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	123
42) OUTRAS INFORMAÇOES.....	123

	R\$ mil		
	Nota	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	138.824.486	137.031.197
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	513.503.024	547.789.769
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	147.656.696	138.998.105
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.433.948.020	1.312.915.509
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas esperadas	10	332.043.390	235.485.054
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas esperadas	11	753.453.938	744.457.062
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	9	255.479.934	259.546.571
- Outros ativos financeiros	16	92.970.758	73.426.822
Ativos não correntes mantidos para venda	12	3.844.491	3.757.502
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	14.530.525	13.283.440
Imobilizado de uso	14	9.607.531	9.405.491
Ativos intangíveis e ágio	15	26.584.831	25.739.659
Impostos a compensar		12.937.382	12.884.446
Impostos diferidos	37	111.066.053	111.237.606
Outros ativos	16	22.633.294	17.284.492
Total do ativo		2.435.136.333	2.330.327.216
Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	461.506.445	427.099.494
- Recursos de clientes	18	716.027.478	721.274.151
- Recursos de emissão de títulos	19	321.358.961	306.260.682
- Dívidas subordinadas	20	58.626.401	54.714.526
- Outros passivos financeiros	23	149.904.563	117.391.205
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	27.406.486	18.268.330
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	1.598.183	1.815.386
- Garantias financeiras	11	1.288.332	1.266.804
Passivos de contratos de seguros	21	428.399.141	419.715.476
Outras provisões		20.140.897	20.563.201
Impostos correntes		1.581.921	2.003.486
Impostos diferidos	37c	2.100.073	1.895.931
Outros passivos	23	64.907.046	59.109.914
Total do passivo		2.254.845.927	2.151.378.586
Patrimônio líquido	25		
Capital social		93.770.000	87.100.000
Ações em tesouraria		(288.591)	(168.625)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		85.049.970	90.644.101
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		1.048.652	804.043
Lucros/(prejuízos) acumulados		76.954	(70.835)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		179.763.454	178.415.153
Participação de acionistas não controladores		526.952	533.477
Total do patrimônio líquido		180.290.406	178.948.630
Total do passivo e patrimônio líquido		2.435.136.333	2.330.327.216

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	R\$ mil		
	Nota	Acumulado em 31 de março	
		2026	2025
Receita de juros e similares		73.123.584	62.429.217
Despesa de juros e similares		(55.789.906)	(40.083.757)
Resultado líquido de juros	27	17.333.678	22.345.460
Resultado líquido de serviços e comissões	28	7.880.686	7.301.544
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	715.551	(1.345.227)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		53.354	148.813
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		4.221.556	(1.097.074)
Resultado de seguros e previdência	32	3.790.395	2.464.676
- Receita de seguros e previdência		16.163.975	14.788.186
- Despesa de seguros e previdência		(12.373.580)	(12.323.510)
Receitas operacionais		8.780.856	171.188
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(7.585.330)	(7.454.827)
Constituição/(reversão) de perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	(1.067.245)	343.606
Despesas de pessoal	33	(6.113.346)	(5.871.508)
Outras despesas administrativas	34	(3.888.500)	(4.140.211)
Depreciação e amortização	35	(1.682.730)	(1.670.985)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(6.276.194)	(5.349.247)
Despesas operacionais		(26.613.345)	(24.143.172)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		7.381.875	5.675.020
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	448.223	387.898
Resultado antes da tributação sobre o lucro		7.830.098	6.062.918
Imposto de renda e contribuição social	37	(2.599.553)	(387.256)
Lucro líquido		5.230.545	5.675.662
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		5.177.940	5.604.829
Não controladores		52.605	70.833
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):			
- Lucro por ação ordinária	26	0,47	0,50
- Lucro por ação preferencial	26	0,51	0,56

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 31 de março	
		2026	2025
Lucro líquido do período		5.230.545	5.675.662
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
- Ganhos/(perdas) não realizados		(680.924)	1.746.997
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	53.354	148.813
- Efeito dos impostos		263.300	(673.821)
Ganhos/(perdas) não realizados com <i>hedge</i>	7		
- <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		728.049	(185.343)
- <i>Hedge</i> de investimento no exterior		313.887	390.123
- Efeito dos impostos		(476.966)	(102.318)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior			
- Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior		(157.394)	(199.747)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		291.819	(1.533.732)
Efeito dos impostos		(108.918)	538.937
Outros		18.402	(165.761)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		244.609	(35.852)
Resultado abrangente do período		5.475.154	5.639.810
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		5.422.549	5.568.977
Não controladores		52.605	70.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Mutação do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participa�o dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	(568.728)	35.973	14.294.978	70.237.225	70.496	(250.645)	(2.509.646)	168.409.653	532.839	168.942.492
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	5.604.829	5.604.829	70.833	5.675.662
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	329.656	-	329.656	-	329.656
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(199.747)	-	(199.747)	-	(199.747)
Outros	-	-	-	-	-	-	(165.761)	-	(165.761)	-	(165.761)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(35.852)	5.604.829	5.568.977	70.833	5.639.810
Aumento/redu�o de participa�o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.644)	(54.644)
Constitui�o de reservas	-	-	-	290.104	2.257.768	-	-	(2.547.872)	-	-	-
Aquisi�o de a�es em tesouraria	-	(222.621)	-	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)
Cancelamento de a�es em tesouraria	-	622.724	-	-	(622.724)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(3.254.210)	(3.254.210)	-	(3.254.210)
Saldo em 31 de março de 2025	87.100.000	(168.625)	35.973	14.585.082	71.872.269	70.496	(286.497)	(2.706.899)	170.501.799	549.028	171.050.827
Saldo em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	(168.625)	35.973	15.356.673	75.287.428	70.496	804.043	(70.835)	178.415.153	533.477	178.948.630
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	5.177.940	5.177.940	52.605	5.230.545
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	383.601	-	383.601	-	383.601
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(157.394)	-	(157.394)	-	(157.394)
Outros	-	-	-	-	-	-	18.402	-	18.402	-	18.402
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	244.609	5.177.940	5.422.549	52.605	5.475.154
Aumento/redu�o de participa�o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.130)	(59.130)
Aumento de capital com reservas	6.670.000	-	-	-	(6.670.000)	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de reservas	-	-	-	251.508	824.361	-	-	(1.075.869)	-	-	-
Aquisi�es de a�es em tesouraria	-	(119.966)	-	-	-	-	-	-	(119.966)	-	(119.966)
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(3.954.282)	(3.954.282)	-	(3.954.282)
Saldo em 31 de março de 2026	93.770.000	(288.591)	35.973	15.608.181	69.441.789	70.496	1.048.652	76.954	179.763.454	526.952	180.290.406

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	7.830.098	6.062.918
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:		
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	7.585.330	7.454.827
Mudança nos passivos de contratos de seguros que não afetam caixa	9.502.300	9.832.539
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(53.354)	(148.813)
Despesas com provisões e passivos contingentes	1.528.012	1.589.708
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	1.067.245	(343.606)
Depreciação	535.736	538.731
Amortização de ativos intangíveis	1.275.571	1.132.254
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(448.223)	(387.898)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(54.126)	(75.137)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	2.588	5.575
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	(301)	20.782
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(10.091)	172.089
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(56.825.023)	(108.007.101)
Depósitos compulsórios no Banco Central	86.820	3.970.539
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(6.098.839)	(137.683)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(49.351.714)	(44.900.431)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	37.652.147	(61.640.118)
Outros ativos	(39.113.437)	(5.299.408)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	116.041.481	(3.972.182)
Recursos de instituições financeiras	50.110.389	(5.727.871)
Recursos de clientes	10.233.718	(11.839.433)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.138.156	(798.458)
Passivos de contratos de seguros	(818.635)	905.120
Outras provisões	(1.950.316)	(1.779.528)
Outros passivos	49.328.169	15.267.988
Caixa gerado pelas operações	87.977.243	(86.125.314)
Juros recebidos	32.171.945	27.671.436
Juros pagos	(31.183.829)	(22.002.203)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.778.301)	(2.805.975)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	86.187.058	(83.262.056)
Atividades de investimento		
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(47.116.307)	(7.957.379)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	37.060.277	34.477.344
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	28.103.771	37.350.506
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(25.070.865)	(17.584.556)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	342.680	143.395
(Aquisição) de investimentos em coligadas	(906.053)	(2.721.830)
Alienação de investimentos em coligadas	2.478	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	9.086	-
(Aquisição) de imobilizado de uso	(776.963)	(1.784.975)
Alienação de imobilizado de uso	106.646	160.715
(Aquisição) de ativos intangíveis	(2.120.743)	(683.330)
Juros recebidos	12.606.813	10.589.302
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	2.240.820	51.989.192
Atividades de financiamento		
Recursos de emissão de títulos	40.541.641	22.064.677
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(21.079.275)	(15.034.847)
Emissão de dívidas subordinadas	3.552.300	5.555.700
Pagamento de dívidas subordinadas	(105.800)	(4.740.080)
Pagamento de arrendamento	(278.343)	(372.709)

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	(59.130)	(54.644)
Juros pagos	(15.448.632)	(8.557.815)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(3.101.147)	(3.995.780)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(119.966)	(222.621)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	3.901.648	(5.358.119)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	92.329.526	(36.630.983)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	193.516.834	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	10.091	(172.089)
No encerramento do período	285.856.451	171.220.729
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	92.329.526	(36.630.983)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2026.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas da Organização foram preparadas de acordo com as normas internacionais - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o período.

As estimativas e premissas utilizadas nestas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluem, mas não se limitam, à adequação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Itens que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as estimativas e premissas significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram preparadas em consonância com as políticas e os critérios adotados para as demonstrações financeiras consolidadas anuais do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2025 e devem ser analisadas em conjunto com tais demonstrações.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digjo S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tívio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (1)	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	69,73%	61,56%	69,73%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (3)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (4)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização – País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A.	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	53,54%	53,54%	53,54%	53,54%
Ramo de Seguros - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (5)						
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	93,79%	92,86%	93,79%	92,86%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Multigestores CRPR Prev PGBL/VGBL FIC FIM	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Em fevereiro de 2026 houve aumento de capital por emissão de ações. Em abril de 2026, houve aquisição da totalidade das ações dessa companhia;

(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Dólar; e

(5) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2026

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização concluiu que não houve impactos com a aplicação desta norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza

As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de *hedge* se esses contratos forem usados como instrumentos de *hedge* e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, e a Organização concluiu que não houve impactos iniciais com a aplicação desta norma.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Emendas do IAS 21 - Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

O IASB propôs alterações ao IAS 21 para tratar da falta de orientação sobre a tradução de demonstrações financeiras que deve ocorrer quando uma empresa apresenta suas

demonstrações em moeda hiperinflacionária, mas possui moeda funcional não hiperinflacionária ou operações estrangeiras nessa condição. A proposta determina que isso deve ser feito pela utilização da taxa de fechamento para todos os valores, com divulgação sobre a adoção dessa abordagem e apresentação de informações resumidas sobre operações estrangeiras afetadas. As alterações entrarão em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo período, sendo as melhores premissas determinadas conforme o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 - Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida; e
- Nota 21 - Mensuração de passivos de seguros: São utilizadas metodologias considerando todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar a cobertura do contrato de seguro de acordo com o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e Modelo de Taxa Variável (VFA).

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos. Abaixo quadro com as estimativas contábeis e suas respectivas notas:

Estimativas contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
• Perda de Crédito Esperada	40.2 / 10 e 11
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
• Realização do crédito tributário	37
• Passivos de contratos de seguros	21
• Outras provisões	22

Para maiores detalhes relativos a julgamentos e estimativas contábeis, verificar notas 2 e 4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	11.863.135	12.518.263
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.168.723	2.833.485
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) (a)	258.324.594	167.865.086
Aplicações voluntárias no Banco Central	13.499.999	10.300.000
Caixa e equivalentes de caixa	285.856.451	193.516.834
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	111.292.629	111.379.449
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	397.149.080	304.896.283
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	138.824.486	137.031.197

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como “empréstimos para instituições financeiras” – Nota 10; e

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	343.104.216	395.031.887
Títulos emitidos por instituições financeiras	43.053.955	43.367.217
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	79.580.924	69.444.655
Aplicações em cotas de fundos	19.139.238	18.840.361
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	378.915	188.999
Títulos públicos de governos estrangeiros	75.755	66.555
Instrumentos financeiros derivativos	28.170.021	20.850.095
Total	513.503.024	547.789.769

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de março de 2025
Vencimento em até um ano	76.175.446	104.436.644
Vencimento de um até cinco anos	305.180.373	324.982.243
Vencimento de cinco até dez anos	66.934.688	63.317.857
Vencimento acima de dez anos	16.121.116	12.676.571
Prazo indeterminado	49.091.401	42.376.454
Total	513.503.024	547.789.769

Os instrumentos financeiros dados em garantia classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 31 de março de 2026, R\$ 6.901.744 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 81.235.231 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	27.406.486	18.268.330
Total	27.406.486	18.268.330

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo e derivativos de crédito.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos de futuro e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	223.650.983	489.450	232.864.244	(450.905)
- Mercado interfinanceiro	149.800.066	548.380	150.634.305	17.542
- Moeda estrangeira	53.348.809	(168.670)	54.344.313	(471.042)
- Outros	20.502.108	109.740	27.885.626	2.595
Compromissos de venda:	266.043.215	(608.315)	165.612.193	523.762
- Mercado interfinanceiro (1)	188.892.481	(752.212)	111.724.128	(21.535)
- Moeda estrangeira (2)	34.594.870	300.491	30.741.161	530.151
- Outros	42.555.864	(156.594)	23.146.904	15.146
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	964.918.404	2.116.738	783.864.910	1.828.145
- Mercado interfinanceiro	822.496.912	94.775	718.584.779	106.261
- Moeda estrangeira	11.206.677	868.410	9.616.237	1.121.228
- Outros	131.214.815	1.153.553	55.663.894	600.656
Compromissos de venda:	961.153.810	(3.296.090)	790.685.040	(2.645.067)
- Mercado interfinanceiro	812.802.665	(98.889)	721.019.609	(113.341)
- Moeda estrangeira	13.947.882	(875.519)	15.908.308	(947.331)
- Outros	134.403.263	(2.321.682)	53.757.123	(1.584.395)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	87.543.771	(153.170)	76.859.205	(200.542)
- Moeda estrangeira	69.666.272	(2.712.003)	64.714.131	(1.459.502)
- Outros	17.877.499	2.558.833	12.145.074	1.258.960
Compromissos de venda:	50.571.674	(1.188.095)	53.889.171	456.033
- Moeda estrangeira (2)	39.272.724	1.341.296	45.530.533	520.221
- Outros	11.298.950	(2.529.391)	8.358.638	(64.188)
Contratos de swap				
Posição ativa:	924.007.135	10.405.613	928.071.044	9.550.875
- Mercado interfinanceiro	167.722.753	6.319.944	75.975.089	4.695.032
- Prefixados	438.096.018	1.031.949	315.081.578	454.827
- Moeda estrangeira	300.792.106	1.270.179	521.032.423	2.485.099
- IGP-M	30.795	28.745	31.221	29.994
- Outros	17.365.463	1.754.796	15.950.733	1.885.923
Posição passiva:	858.788.442	(7.002.596)	873.497.122	(6.480.535)
- Mercado interfinanceiro	52.155.633	(1.775.124)	32.343.513	(1.378.695)
- Prefixados	278.827.781	(885.355)	470.848.308	(725.508)
- Moeda estrangeira	498.476.129	(2.312.466)	355.159.513	(2.649.262)
- IGP-M	103.000	(111.471)	103.000	(116.300)
- Outros	29.225.899	(1.918.180)	15.042.788	(1.610.770)
Totais	4.336.677.434	763.535	3.905.342.929	2.581.766

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 113.639.329 mil (Em dezembro de 2025 - R\$ 100.113.669 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 15.348.810 mil (Em dezembro de 2025 - R\$ 6.034.612 mil); e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 38.376.788 mil (Em dezembro de 2025 - R\$ 39.781.569 mil).

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas

condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026 (1)	Em 31 de dezembro de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.840.606	1.840.305
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.217.357	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	623.249	644.936
Risco transferido de Swaps de créditos:	(130.485)	(137.560)
- Derivativos de títulos de empresas	(130.485)	(137.560)

(1) O ajuste ao valor ao justo dos *swaps* de créditos de risco recebido é de R\$ (24.092) mil (R\$ 1.703 mil em 31 de dezembro de 2025) e de risco transferido R\$ (274) mil (R\$ 2 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2032. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Hedge contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 31 de março de 2026, o Bradesco mantinha *hedge*, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas

taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e *FED funds*, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Em 31 de março de 2026				
Ativo				
<i>Hedge</i> de Títulos - recebimentos de juros	15.804.676	15.348.810	(199.723)	(109.848)
Passivo				
<i>Hedge</i> de Captações - pagamentos de juros	141.358.755	133.639.329	643.286	355.405
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativo				
<i>Hedge</i> de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.625.523	(39.611)	(21.786)
Passivo				
<i>Hedge</i> de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.113.669	(238.820)	(131.650)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de ajuste ao valor justo do instrumento de *hedge*, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de *hedge*. No período de 2026 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R\$ 1.239 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 31 de março de 2026 é de R\$ 4.102 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado. No período em questão não houve parcela não efetiva.

Houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 31 de março de 2026 no valor de R\$ 1.321 mil (2025 – R\$ 0).

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do

instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2036. Para os Bonds USD, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DDI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2035. Ambas as efetividades verificadas nas carteiras de *hedge* encontram-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil				
	Instrumento		Objeto		
	Instrumento de <i>hedge</i> (valor de mercado)	Ajuste a valor justo	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo					
<i>Hedge</i> letra financeira	127.557	(2.352)	126.908	2.392	1.316
<i>Hedge Bond</i> USA	1.833.939	31.231	1.806.931	(25.525)	(14.039)
Total em 31 de março de 2026	1.961.496	28.879	1.933.839	(23.133)	(12.723)
<i>Hedge</i> de letra financeira	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819
Total em 31 de dezembro de 2025	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819

*Bruto dos efeitos fiscais.

A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é mantida em conta de patrimônio líquido.

No período em questão houve parcela não efetiva no acumulado em 31 de março de 2026 valor de R\$ (226 mil) (2025 – R\$ 0).

Hedge de investimentos no exterior – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
<i>Hedge</i> de variação cambial de investimento no exterior	5.348.682	5.662.984	(893.548)	(468.599)
Total em 31 de março de 2026	5.348.682	5.662.984	(893.548)	(468.599)
<i>Hedge</i> de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)
Total em 31 de dezembro de 2025	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 336 mil (2025 foi de R\$ 560 mil).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. Tendo em vista a não ocorrência desses eventos, nos períodos de 2026 e 2025 o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	288.067.268	-	288.067.268	218.329.819	-	218.329.819
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.170.021	-	28.170.021	20.850.095	-	20.850.095
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	245.408.450	-	245.408.450	160.636.183	-	160.636.183
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.406.486	-	27.406.486	18.268.330	-	18.268.330

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ajustes ao valor justo positivo não realizados	Ajustes ao valor justo negativo não realizados	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	123.735.820	284.621	(7.060.775)	116.959.666
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.513.051	9.107	(200.371)	9.321.787
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.264.393	6.570	(4.188)	1.266.775
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.085.648	57.701	(104.573)	10.038.776
Títulos públicos de governos estrangeiros	5.198.223	13.317	(8.999)	5.202.541
Aplicações em cotas de fundos	83.566	46.581	-	130.147
Ações de companhias abertas e outras ações	5.310.032	626.636	(1.199.664)	4.737.004
Saldos em 31 de março de 2026	155.190.733	1.044.533	(8.578.570)	147.656.696
Títulos públicos brasileiros	112.830.390	291.814	(6.405.576)	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	8.721.363	25.793	(90.252)	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.781.089	10.854	(3.193)	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.818.067	70.339	(71.589)	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.167.066	16.372	(5.507)	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	90.743	31.365	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	394.761	(1.259.608)	5.718.967
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.992.532	841.298	(7.835.725)	138.998.105

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	24.357.136	24.253.920	28.535.677	28.429.036
Vencimento entre 1 e 5 anos	73.157.287	71.262.728	47.427.746	46.441.083
Vencimento entre 5 e 10 anos	23.868.448	22.640.603	36.627.270	34.985.787
Vencimento acima de 10 anos	28.414.264	24.632.294	26.727.282	23.301.124
Vencimento indeterminado	5.393.598	4.867.151	6.674.557	5.841.075
Total	155.190.733	147.656.696	145.992.532	138.998.105

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de março de 2026, R\$ 14.466.872 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 27.494.154 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	5.310.032	(573.028)	4.737.004
Total em 31 de março de 2026	5.310.032	(573.028)	4.737.004
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	(864.847)	5.718.967
Total em 31 de dezembro de 2025	6.583.814	(864.847)	5.718.967

A Organização adotou a opção de designar no reconhecimento inicial instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2024	9.640	1.543	3.123	14.306
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(5.638)	(1.543)	(3.123)	(10.304)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de março de 2025 (1)	4.002	-	-	4.002
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	19.234	-	3.123	22.357
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(6.335)	-	-	(6.335)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de março de 2026 (1)	12.899	-	3.123	16.022

(1) Não houve movimentação entre os estágios.

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (1)	Perdas brutas não realizadas (1)	Valor justo
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	121.950.669	364.691	(6.095.115)	116.220.245
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	133.529.265	1.407.246	(6.480.942)	128.455.569
Saldos em 31 de março de 2026	255.479.934	1.771.937	(12.576.057)	244.675.814
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	135.339.275	505.190	(6.159.482)	129.684.983
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	124.207.296	1.842.639	(4.526.832)	121.523.103
Saldos em 31 de dezembro de 2025	259.546.571	2.347.829	(10.686.314)	251.208.086

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	59.261.259	58.808.090	54.891.298	54.651.238
Vencimento entre 1 e 5 anos	130.202.668	127.245.219	138.622.149	137.128.315
Vencimento entre 5 e 10 anos	41.105.465	36.185.327	41.306.602	37.109.312
Vencimento acima de 10 anos	24.910.542	22.437.178	24.726.522	22.319.221
Total	255.479.934	244.675.814	259.546.571	251.208.086

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de março de 2026, R\$ 58.505.050 mil (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 51.575.375 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2024	703.833	50.111	5.403.056	6.157.000
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.680)	(4.306)	(6.986)
Transferidos para o Estágio 2	(7.743)	-	(10.593)	(18.336)
Transferidos para o Estágio 3	(2.542)	(6.251)	-	(8.793)
Oriundos do Estágio 1	-	7.743	2.542	10.285
Oriundos do Estágio 2	2.680	-	6.251	8.931
Oriundos do Estágio 3	4.306	10.593	-	14.899
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(12.942)	26.672	(336.505)	(322.775)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de março de 2025	687.592	86.188	5.060.445	5.834.225
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	625.566	251.503	2.687.423	3.564.492
Transferidos para o Estágio 1	-	(13.360)	(2.109)	(15.469)
Transferidos para o Estágio 2	(23.326)	-	(7.569)	(30.895)
Transferidos para o Estágio 3	(28.766)	(103.036)	-	(131.802)
Oriundos do Estágio 1	-	23.326	28.766	52.092
Oriundos do Estágio 2	13.360	-	103.036	116.396
Oriundos do Estágio 3	2.109	7.569	-	9.678
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	80.115	111.576	848.070	1.039.761
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de março de 2026	669.058	277.578	3.657.617	4.604.253

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Aplicações em operações compromissadas (1)	288.067.268	218.329.819
Empréstimos para instituições financeiras	43.976.146	17.155.248
Perda esperada	(24)	(13)
Total	332.043.390	235.485.054

(1) Em 31 de março de 2026 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 214.592.878 mil (em 31 de dezembro 2025 - R\$ 159.547.767 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	351.338.480	350.445.791
- Financiamentos e repasses	139.050.416	137.576.819
- Financiamento à exportação	35.218.889	34.763.790
- Financiamento imobiliário	34.720.187	34.911.156
- Repasses BNDES/Finame	26.067.746	24.475.073
- Financiamento de veículos	23.084.357	23.074.448
- Importação	12.316.183	12.986.200
- <i>Leasing</i>	7.643.054	7.366.152
- Empréstimos	193.815.249	195.880.958
- Capital de giro	135.846.472	143.640.424
- Crédito rural	15.409.306	13.324.492
- Outros	42.559.471	38.916.042
- Operações com limites (1)	18.472.815	16.988.014
Pessoa Física	447.889.283	441.022.363
- Financiamentos e repasses	165.581.115	161.548.810
- Financiamento imobiliário	113.451.267	112.626.278
- Financiamento de veículos	45.021.460	41.797.766
- Repasses BNDES/Finame	6.597.684	6.616.649
- Outros	510.704	508.117
- Empréstimos	192.455.320	189.710.201
- Crédito pessoal	157.427.360	165.277.140
- Crédito rural	17.922.534	17.680.946
- Outros	17.105.426	6.752.115
- Operações com limites (1)	89.852.848	89.763.352
Total da carteira	799.227.763	791.468.154
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(45.773.825)	(47.011.092)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	753.453.938	744.457.062

(1) Refere-se a operações com limites pré-estabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	278.953	296.547
De um a cinco anos	6.184.847	6.041.176
Mais de cinco anos	1.458.453	1.296.410
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(141.815)	(114.049)
Investimento líquido	7.780.438	7.520.084
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	272.716	291.293
De um a cinco anos	6.074.045	5.952.651
Mais de cinco anos	1.433.677	1.276.140
Total	7.780.438	7.520.084

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	315.701.697	(4.777.607)	(1.085.697)	689.914	40.786	67.337.685	(59.941.708)	-	317.965.070
- Financiamentos	129.715.483	(1.002.498)	(130.412)	163.838	7.093	25.272.847	(22.928.684)	-	131.097.667
- Empréstimos	171.679.901	(3.423.499)	(902.708)	468.165	26.538	39.939.266	(36.555.996)	-	171.231.667
- Rotativos	14.306.313	(351.610)	(52.577)	57.911	7.155	2.125.572	(457.028)	-	15.635.736
Pessoa Física	381.759.894	(8.475.416)	(1.424.678)	2.431.909	252.378	48.065.016	(36.182.630)	-	386.426.473
- Financiamentos	146.242.845	(3.001.469)	(410.688)	897.367	91.384	13.284.198	(8.305.871)	-	148.797.766
- Empréstimos	162.122.662	(3.667.843)	(885.340)	1.018.286	90.672	26.883.158	(20.599.332)	-	164.962.263
- Rotativos	73.394.387	(1.806.104)	(128.650)	516.256	70.322	7.897.660	(7.277.427)	-	72.666.444
Total	697.461.591	(13.253.023)	(2.510.375)	3.121.823	293.164	115.402.701	(96.124.338)	-	704.391.543

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	11.609.479	(689.914)	(2.541.498)	4.777.607	324.725	1.044.114	(1.874.635)	-	12.649.878
- Financiamentos	2.488.315	(163.838)	(293.791)	1.002.498	3.240	83.469	(323.658)	-	2.796.235
- Empréstimos	8.155.906	(468.165)	(1.970.540)	3.423.499	314.207	561.754	(1.217.297)	-	8.799.364
- Rotativos	965.258	(57.911)	(277.167)	351.610	7.278	398.891	(333.680)	-	1.054.279
Pessoa Física	25.431.262	(2.431.909)	(4.915.714)	8.475.416	598.832	3.736.777	(3.673.609)	-	27.221.055
- Financiamentos	9.431.595	(897.367)	(985.831)	3.001.469	64.703	289.126	(673.128)	-	10.230.567
- Empréstimos	10.868.536	(1.018.286)	(2.509.149)	3.667.843	447.345	1.073.814	(1.251.664)	-	11.278.439
- Rotativos	5.131.131	(516.256)	(1.420.734)	1.806.104	86.784	2.373.837	(1.748.817)	-	5.712.049
Total	37.040.741	(3.121.823)	(7.457.212)	13.253.023	923.557	4.780.891	(5.548.244)	-	39.870.933

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	23.134.615	(40.786)	(324.725)	1.085.697	2.541.498	2.082.109	(4.823.149)	(2.931.727)	20.723.532
- Financiamentos	5.373.024	(7.093)	(3.240)	130.412	293.791	109.931	(684.091)	(56.217)	5.156.517
- Empréstimos	16.045.346	(26.538)	(314.207)	902.708	1.970.540	1.817.167	(4.132.133)	(2.478.270)	13.784.613
- Rotativos	1.716.245	(7.155)	(7.278)	52.577	277.167	155.011	(6.925)	(397.240)	1.782.402
Pessoa Física	33.831.207	(252.378)	(598.832)	1.424.678	4.915.714	3.709.459	(1.716.766)	(7.071.327)	34.241.755
- Financiamentos	5.874.368	(91.384)	(64.703)	410.688	985.831	55.945	(577.782)	(40.182)	6.552.781
- Empréstimos	16.720.231	(90.672)	(447.345)	885.340	2.509.149	2.110.574	(1.014.150)	(4.457.515)	16.215.612
- Rotativos	11.236.608	(70.322)	(86.784)	128.650	1.420.734	1.542.940	(124.834)	(2.573.630)	11.473.362
Total	56.965.822	(293.164)	(923.557)	2.510.375	7.457.212	5.791.568	(6.539.915)	(10.003.054)	54.965.287

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	350.445.791	70.463.908	(66.639.492)	(2.931.727)	351.338.480
- Financiamentos	137.576.822	25.466.247	(23.936.433)	(56.217)	139.050.419
- Empréstimos	195.881.153	42.318.187	(41.905.426)	(2.478.270)	193.815.644
- Rotativos	16.987.816	2.679.474	(797.633)	(397.240)	18.472.417
Pessoa Física	441.022.363	55.511.252	(41.573.005)	(7.071.327)	447.889.283
- Financiamentos	161.548.808	13.629.269	(9.556.781)	(40.182)	165.581.114
- Empréstimos	189.711.429	30.067.546	(22.865.146)	(4.457.515)	192.456.314
- Rotativos	89.762.126	11.814.437	(9.151.078)	(2.573.630)	89.851.855
Total	791.468.154	125.975.160	(108.212.497)	(10.003.054)	799.227.763

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	284.237.991	(3.144.979)	(712.673)	708.766	170.281	75.903.002	(71.862.142)	-	285.300.246
- Financiamentos	125.114.754	(779.663)	(222.761)	197.905	67.683	25.362.409	(26.161.559)	-	123.578.768
- Empréstimos	146.737.983	(2.067.100)	(440.856)	442.517	97.957	48.591.858	(45.375.754)	-	147.986.605
- Rotativos	12.385.254	(298.216)	(49.056)	68.344	4.641	1.948.735	(324.829)	-	13.734.873
Pessoa Física	347.118.719	(6.528.325)	(1.117.456)	2.271.717	783.472	54.845.201	(42.524.815)	-	354.848.513
- Financiamentos	132.000.312	(2.241.697)	(378.019)	860.571	117.750	14.790.916	(8.846.317)	-	136.303.516
- Empréstimos	149.534.314	(2.850.346)	(633.374)	951.514	317.570	32.904.435	(27.539.816)	-	152.684.297
- Rotativos	65.584.093	(1.436.282)	(106.063)	459.632	348.152	7.149.850	(6.138.682)	-	65.860.700
Total	631.356.710	(9.673.304)	(1.830.129)	2.980.483	953.753	130.748.203	(114.386.957)	-	640.148.759

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(708.766)	(1.424.143)	3.144.979	129.778	978.171	(1.254.260)	-	7.812.142
- Financiamentos	1.861.939	(197.905)	(211.883)	779.663	13.460	97.937	(327.493)	-	2.015.718
- Empréstimos	4.363.096	(442.517)	(1.023.602)	2.067.100	111.054	577.921	(708.839)	-	4.944.213
- Rotativos	721.348	(68.344)	(188.658)	298.216	5.264	302.313	(217.928)	-	852.211
Pessoa Física	21.911.700	(2.271.717)	(3.759.184)	6.528.325	1.158.015	3.070.957	(3.132.191)	-	23.505.905
- Financiamentos	8.443.459	(860.571)	(827.385)	2.241.697	92.244	191.000	(604.661)	-	8.675.783
- Empréstimos	9.169.428	(951.514)	(1.878.876)	2.850.346	979.362	1.101.714	(1.216.164)	-	10.054.296
- Rotativos	4.298.813	(459.632)	(1.052.923)	1.436.282	86.409	1.778.243	(1.311.366)	-	4.775.826
Total	28.858.083	(2.980.483)	(5.183.327)	9.673.304	1.287.793	4.049.128	(4.386.451)	-	31.318.047

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	25.751.969	(170.281)	(129.778)	712.673	1.424.143	3.761.652	(3.931.824)	(2.641.573)	24.776.981
- Financiamentos	5.494.795	(67.683)	(13.460)	222.761	211.883	36.440	(393.570)	(60.338)	5.430.828
- Empréstimos	18.857.751	(97.957)	(111.054)	440.856	1.023.602	3.581.049	(3.530.123)	(2.267.173)	17.896.951
- Rotativos	1.399.423	(4.641)	(5.264)	49.056	188.658	144.163	(8.131)	(314.062)	1.449.202
Pessoa Física	34.272.824	(783.472)	(1.158.015)	1.117.456	3.759.184	3.691.965	(1.870.183)	(6.020.348)	33.009.411
- Financiamentos	4.432.804	(117.750)	(92.244)	378.019	827.385	44.711	(366.754)	(52.211)	5.053.960
- Empréstimos	18.621.969	(317.570)	(979.362)	633.374	1.878.876	2.218.168	(1.094.919)	(3.620.680)	17.339.856
- Rotativos	11.218.051	(348.152)	(86.409)	106.063	1.052.923	1.429.086	(408.510)	(2.347.457)	10.615.595
Total	60.024.793	(953.753)	(1.287.793)	1.830.129	5.183.327	7.453.617	(5.802.007)	(8.661.921)	57.786.392

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	316.936.343	80.642.825	(77.048.226)	(2.641.573)	317.889.369
- Financiamentos	132.471.488	25.496.786	(26.882.622)	(60.338)	131.025.314
- Empréstimos	169.958.830	52.750.828	(49.614.716)	(2.267.173)	170.827.769
- Rotativos	14.506.025	2.395.211	(550.888)	(314.062)	16.036.286
Pessoa Física	403.303.243	61.608.123	(47.527.189)	(6.020.348)	411.363.829
- Financiamentos	144.876.575	15.026.627	(9.817.732)	(52.211)	150.033.259
- Empréstimos	177.325.711	36.224.317	(29.850.899)	(3.620.680)	180.078.449
- Rotativos	81.100.957	10.357.179	(7.858.558)	(2.347.457)	81.252.121
Total	720.239.586	142.250.948	(124.575.415)	(8.661.921)	729.253.198

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	3.235.976	(136.353)	(57.688)	42.848	27.400	650.808	(541.057)	-	3.221.934
- Financiamentos	1.154.205	(21.555)	(3.576)	9.258	2.546	206.517	(125.614)	-	1.221.781
- Empréstimos	1.474.498	(99.247)	(44.843)	30.473	17.169	364.633	(370.157)	-	1.372.526
- Rotativos	607.273	(15.551)	(9.269)	3.117	7.685	79.658	(45.286)	-	627.627
Pessoa Física	7.599.047	(338.208)	(181.133)	239.743	107.354	1.030.760	(1.598.119)	-	6.859.444
- Financiamentos	498.577	(51.315)	(17.705)	43.128	24.598	67.343	(96.017)	-	468.609
- Empréstimos	3.838.530	(210.655)	(153.645)	162.945	49.136	625.716	(969.538)	-	3.342.489
- Rotativos	3.261.940	(76.238)	(9.783)	33.670	33.620	337.701	(532.564)	-	3.048.346
Total	10.835.023	(474.561)	(238.821)	282.591	134.754	1.681.568	(2.139.176)	-	10.081.378

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	1.343.215	(42.848)	(449.386)	136.353	208.754	191.808	57.606	-	1.445.502
- Financiamentos	224.120	(9.258)	(50.848)	21.555	1.216	11.607	53.332	-	251.724
- Empréstimos	915.041	(30.473)	(284.953)	99.247	205.007	47.714	(3.355)	-	948.228
- Rotativos	204.054	(3.117)	(113.585)	15.551	2.531	132.487	7.629	-	245.550
Pessoa Física	3.840.581	(239.743)	(1.865.245)	338.208	337.368	884.924	722.545	-	4.018.638
- Financiamentos	502.729	(43.128)	(161.549)	51.315	16.882	20.137	154.034	-	540.420
- Empréstimos	2.465.494	(162.945)	(1.234.302)	210.655	280.959	222.465	661.714	-	2.444.040
- Rotativos	872.358	(33.670)	(469.394)	76.238	39.527	642.322	(93.203)	-	1.034.178
Total	5.183.796	(282.591)	(2.314.631)	474.561	546.122	1.076.732	780.151	-	5.464.140

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	12.760.862	(27.400)	(208.754)	57.688	449.386	1.160.216	389.920	(2.931.727)	11.650.191
- Financiamentos	1.697.078	(2.546)	(1.216)	3.576	50.848	53.392	(87.347)	(56.217)	1.657.568
- Empréstimos	9.926.398	(17.169)	(205.007)	44.843	284.953	1.053.086	217.436	(2.478.270)	8.826.270
- Rotativos	1.137.386	(7.685)	(2.531)	9.269	113.585	53.738	259.831	(397.240)	1.166.353
Pessoa Física	21.313.601	(107.354)	(337.368)	181.133	1.865.245	2.036.511	3.584.190	(7.071.327)	21.464.631
- Financiamentos	2.570.822	(24.598)	(16.882)	17.705	161.549	21.787	321.295	(40.182)	3.011.496
- Empréstimos	11.599.961	(49.136)	(280.959)	153.645	1.234.302	1.304.709	1.698.309	(4.457.515)	11.203.316
- Rotativos	7.142.818	(33.620)	(39.527)	9.783	469.394	710.015	1.564.586	(2.573.630)	7.249.819
Total	34.074.463	(134.754)	(546.122)	238.821	2.314.631	3.196.727	3.974.110	(10.003.054)	33.114.822

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2026
Pessoa Jurídica	17.340.053	2.002.832	(93.531)	(2.931.727)	16.317.627
- Financiamentos	3.075.403	271.516	(159.629)	(56.217)	3.131.073
- Empréstimos	12.315.937	1.465.433	(156.076)	(2.478.270)	11.147.024
- Rotativos	1.948.713	265.883	222.174	(397.240)	2.039.530
Pessoa Física	32.753.229	3.952.195	2.708.616	(7.071.327)	32.342.713
- Financiamentos	3.572.128	109.267	379.312	(40.182)	4.020.525
- Empréstimos	17.903.985	2.152.890	1.390.485	(4.457.515)	16.989.845
- Rotativos	11.277.116	1.690.038	938.819	(2.573.630)	11.332.343
Total	50.093.282	5.955.027	2.615.085	(10.003.054)	48.660.340

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	3.745.866	(119.041)	(39.420)	66.604	86.075	760.440	(790.032)	-	3.710.492
- Financiamentos	1.503.946	(17.990)	(4.280)	19.784	33.514	186.659	(187.194)	-	1.534.439
- Empréstimos	1.669.722	(87.302)	(28.475)	43.183	47.902	500.887	(589.487)	-	1.556.430
- Rotativos	572.198	(13.749)	(6.665)	3.637	4.659	72.894	(13.351)	-	619.623
Pessoa Física	7.257.404	(284.510)	(112.931)	230.596	352.597	1.344.456	(1.412.502)	-	7.375.110
- Financiamentos	374.887	(27.213)	(9.801)	38.081	27.018	58.350	(79.480)	-	381.842
- Empréstimos	3.461.557	(186.959)	(94.305)	160.448	162.992	926.769	(916.151)	-	3.514.351
- Rotativos	3.420.960	(70.338)	(8.825)	32.067	162.587	359.337	(416.871)	-	3.478.917
Total	11.003.270	(403.551)	(152.351)	297.200	438.672	2.104.896	(2.202.534)	-	11.085.602

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	1.015.120	(66.604)	(316.008)	119.041	78.283	171.245	67.606	-	1.068.683
- Financiamentos	258.842	(19.784)	(48.997)	17.990	6.556	13.067	43.124	-	270.798
- Empréstimos	620.261	(43.183)	(192.478)	87.302	68.940	62.282	19.252	-	622.376
- Rotativos	136.017	(3.637)	(74.533)	13.749	2.787	95.896	5.230	-	175.509
Pessoa Física	3.200.306	(230.596)	(1.357.097)	284.510	622.839	723.319	463.980	-	3.707.261
- Financiamentos	404.722	(38.081)	(118.015)	27.213	23.269	15.305	109.386	-	423.799
- Empréstimos	2.107.776	(160.448)	(886.499)	186.959	566.075	200.506	443.943	-	2.458.312
- Rotativos	687.808	(32.067)	(352.583)	70.338	33.495	507.508	(89.349)	-	825.150
Total	4.215.426	(297.200)	(1.673.105)	403.551	701.122	894.564	531.586	-	4.775.944

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	15.492.712	(86.075)	(78.283)	39.420	316.008	1.676.868	274.230	(2.641.573)	14.993.307
- Financiamentos	2.149.523	(33.514)	(6.556)	4.280	48.997	21.761	36.729	(60.338)	2.160.882
- Empréstimos	12.483.496	(47.902)	(68.940)	28.475	192.478	1.606.463	14.148	(2.267.173)	11.941.045
- Rotativos	859.693	(4.659)	(2.787)	6.665	74.533	48.644	223.353	(314.062)	891.380
Pessoa Física	20.851.509	(352.597)	(622.839)	112.931	1.357.097	2.064.041	2.984.487	(6.020.348)	20.374.281
- Financiamentos	1.710.662	(27.018)	(23.269)	9.801	118.015	15.880	333.674	(52.211)	2.085.534
- Empréstimos	12.317.493	(162.992)	(566.075)	94.305	886.499	1.382.365	1.347.701	(3.620.680)	11.678.616
- Rotativos	6.823.354	(162.587)	(33.495)	8.825	352.583	665.796	1.303.112	(2.347.457)	6.610.131
Total	36.344.221	(438.672)	(701.122)	152.351	1.673.105	3.740.909	3.258.717	(8.661.921)	35.367.588

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	20.253.698	2.608.553	(448.196)	(2.641.573)	19.772.482
- Financiamentos	3.912.311	221.487	(107.341)	(60.338)	3.966.119
- Empréstimos	14.773.479	2.169.632	(556.087)	(2.267.173)	14.119.851
- Rotativos	1.567.908	217.434	215.232	(314.062)	1.686.512
Pessoa Física	31.309.219	4.131.816	2.035.965	(6.020.348)	31.456.652
- Financiamentos	2.490.271	89.535	363.580	(52.211)	2.891.175
- Empréstimos	17.886.826	2.509.640	875.493	(3.620.680)	17.651.279
- Rotativos	10.932.122	1.532.641	796.892	(2.347.457)	10.914.198
Total	51.562.917	6.740.369	1.587.769	(8.661.921)	51.229.134

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 31 de março de 2026 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(348.174)
Simulação 2	-	100%	-	(935.209)
Simulação 3	-	-	100%	929.302

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Constituição	9.190.104	8.761.746
Recuperações	(1.604.774)	(1.306.919)
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida de recuperações	7.585.330	7.454.827

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados:

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de março de 2025
Saldo inicial	26.612.639	34.755.068
Reestruturação	4.966.917	4.294.803
Recebimento/Outros (1)	(3.487.921)	(3.305.094)
Baixas	(2.903.811)	(4.123.217)
Saldo final	25.187.824	31.621.560
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(12.741.569)	(16.772.049)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda esperada	12.446.255	14.849.511
Perda esperada sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	50,6%	53,0%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	3,2%	4,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda esperada	3,3%	4,6%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos reestruturados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Esses instrumentos têm o seu reconhecimento de receita suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizados apenas no seu reconhecimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.182.263	1.184.225
Veículos e afins	528.056	426.895
Máquinas e equipamentos	1.491	1.742
Outros (1)	2.132.681	2.144.640
Total (2)	3.844.491	3.757.502

(1) Contempla R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, destinadas para alienação e estão disponíveis para venda; e

(2) Saldos líquidos de provisões para redução ao valor recuperável de ativos.

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de março de 2026							Acumulado em 31 de março de 2026		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	105.680	4.967.240	1.894.979	4.406.135	1.927.684	(3.839)	229.372	(19.195)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	251.413	734.312	2.496.105	661.428	1.559.154	4.524	1.487.066	18.428
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	534.312	2.733.479	2.147.769	2.841.770	941.283	6.042	419.498	15.105
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.445.107	1.358.005	6.584.177	556.166	4.370.321	205.320	447.378	410.558
Outras (5)			12.194.013					236.176		
Total geral em 31 de março de 2026			14.530.525					448.223		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação. No acumulado em 31 de março de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 6.800 mil referente à Empresa Swiss Re Corporate Solutions Brasil;

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(5) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere.

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2025							Acumulado em 31 de março de 2025		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	109.290	5.862.399	2.236.478	5.255.969	2.299.487	20.513	238.621	102.565
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	249.118	766.711	2.473.255	668.796	1.579.574	1.208	693.721	4.920
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	534.853	3.075.599	2.171.323	3.187.083	959.644	3.589	620.761	8.973
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.242.721	1.433.582	6.152.357	597.993	4.375.461	202.249	405.995	403.967
Outras (5)			11.147.458					160.339		
Total geral em 31 de dezembro de 2025			13.283.440							
Total geral em 31 de março de 2025								387.898		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(5) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 31 de dezembro de 2025, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 123.957 mil referente à Empresa Cielo S.A. e R\$ 237.235 mil das demais empresas.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo no início do período	13.283.440	11.029.012
Entradas	452.478	2.721.830
Baixas	(2.478)	-
Resultado de participações em coligadas	448.223	387.898
Dividendos/JCP	(39.470)	(2.027.089)
Outras	388.332	(26.033)
Saldo em 31 de março	14.530.525	12.085.618

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4%	5.143.268	(1.864.307)	3.278.961
Terrenos	-	856.716	-	856.716
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.821.361	(2.994.383)	2.826.978
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	365.407	(244.391)	121.016
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.517.921	(5.181.840)	2.336.081
Sistemas de transportes	10% a 20%	335.946	(148.167)	187.779
Saldos em 31 de março de 2026 (1)		20.040.619	(10.433.088)	9.607.531

Edificações	4%	4.483.554	(1.609.574)	2.873.980
Terrenos	-	857.826	-	857.826
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.896.736	(2.949.984)	2.946.752
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	387.701	(262.853)	124.848
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.699.621	(5.290.697)	2.408.924
Sistemas de transportes	10% a 20%	338.092	(144.931)	193.161
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (1)		19.663.530	(10.258.039)	9.405.491

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total (1)
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2024	2.859.719	871.952	2.706.833	119.670	3.432.633	229.637	10.220.444
Adições/(Baixas)	(59.597)	(21.732)	250.132	6.543	(704.506)	5.023	(524.137)
Depreciação (2)	(82.908)	-	(271.932)	(7.121)	(182.883)	(10.241)	(555.085)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	2.717.214	850.220	2.685.033	119.092	2.545.244	224.419	9.141.222
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.873.980	857.826	2.946.752	124.848	2.408.924	193.161	9.405.491
Adições/(Baixas)	563.844	(1.110)	51.557	3.277	116.090	4.118	737.776
Depreciação (2)	(158.863)	-	(171.331)	(7.109)	(188.933)	(9.500)	(535.736)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	5.996.175	1.706.936	5.512.011	240.108	4.881.325	412.198	18.748.753

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e

(2) A diferença de R\$ 20.715 mil (2025 - R\$ 16.354 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.730.642	5.535.378	10.287.830	976.220	219.138	23.749.208
Adições/(Baixas)	-	184.733	550.823	-	50.790	786.346
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Amortização (2)	-	(477.729)	(688.232)	(48.740)	(20.569)	(1.235.270)
Saldos em 31 de março de 2025	6.730.642	5.242.382	10.150.421	927.480	249.359	23.300.284
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.605.003	5.659.298	12.441.232	858.992	175.134	25.739.659
Adições/(Baixas)	22.027	244.877	1.840.366	-	13.473	2.120.743
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Amortização (2)	-	(470.760)	(735.841)	(52.065)	(16.905)	(1.275.571)
Saldos em 31 de março de 2026	6.627.030	5.433.415	13.545.757	806.927	171.702	26.584.831

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários, carteira de clientes e outros – dentro dos prazos do contrato e *software* – até 10%; e

(2) A diferença de R\$ 107.862 mil (2025 - R\$ 103.016 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bancário	6.101.977	6.101.977
Seguros	525.053	503.026
Total	6.627.030	6.605.003

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2026 e 2025.

16) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros (1) (2)	92.970.758	73.426.822
Operações de câmbio (3)	45.339.328	31.881.934
Devedores por depósitos em garantia (4)	23.777.270	23.808.198
Negociação e intermediação de valores	9.538.644	6.014.189
Títulos e créditos a receber	7.461.832	5.904.620
Rendas a receber	6.853.684	5.817.881
Outros ativos	22.633.294	17.284.492
Devedores diversos	5.720.722	5.170.650
Despesas antecipadas (5)	10.251.709	5.081.590
Relações interfinanceiras e interdependências	159.633	139.613
Outros (6)	6.501.230	6.892.639
Total	115.604.052	90.711.314

(1) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado;

(2) Em 2026 e 2025, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros;

(3) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(4) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;

(5) Inclui valor correspondente à antecipação da contribuição mensal na modalidade de pagamento em parcela única ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC, efetuada em março de 2026, o qual será deduzido da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e a prazo, conforme disposto na Resolução BCB nº 551/26, complementar à Resolução BCB nº 189. Inclui também ativos de seguros, conforme a nota 21; e

(6) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Depósitos à vista	1.123.273	1.203.130
Depósitos interfinanceiros	35.047.540	5.485.877
Captações no mercado aberto	355.183.853	349.702.217
Obrigações por empréstimos	36.861.570	38.999.650
Obrigações por repasses	33.290.209	31.708.620
Total	461.506.445	427.099.494

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Depósitos à vista	34.022.882	36.792.675
Depósitos de poupança	119.593.392	124.461.404
Depósitos a prazo	562.411.204	560.020.072
Total	716.027.478	721.274.151

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	80.473.022	75.321.675
Letras de agronegócio	55.817.108	54.287.950
Letras financeiras	140.195.808	135.672.973
Letras imobiliárias garantidas	23.246.113	23.600.199
Subtotal	299.732.051	288.882.797
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
MTN Program Issues (1)	15.049.078	11.423.465
Subtotal	15.049.078	11.423.465
Certificados de operações estruturadas	6.577.832	5.954.420
Total geral	321.358.961	306.260.682

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

b) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial no período	306.260.682	257.977.344
Emissões	40.541.641	22.064.677
Juros	10.179.706	5.590.930
Liquidação e pagamentos de juros	(34.892.364)	(22.281.001)
Variação cambial	(730.704)	(166.274)
Saldo final em 31 de março	321.358.961	263.185.676

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

Vencimento	R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
No País:				
Letras Financeiras:				
2027	7	13.000	24.784	24.005
2026	8	694.800	1.432.322	1.380.842
2030	8	2.368.200	4.077.579	3.923.963
2027	9	89.700	194.056	187.469
2026	10	92.896	270.181	655.486
2027	10	256.243	606.125	586.866
2028	10	248.300	585.607	567.279
2030	10	124.500	219.115	213.615
2031	10	7.270.000	13.777.613	13.246.380
2032	10	5.378.500	9.235.888	8.884.021
2033	10	531.000	722.773	700.964
2035	10	2.503.500	2.610.392	2.519.653
2036	10	3.552.300	3.586.730	-
2026	11	-	-	4.531
2027	11	47.046	123.189	118.795
2028	11	74.764	181.810	176.548
Perpétua		19.064.300	20.978.237	21.524.109
Total geral (1)			58.626.401	54.714.526

(1) Inclui o montante de R\$ 54.761.044 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 50.648.748 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial no período	54.714.526	57.458.927
Emissões	3.552.300	5.555.700
Juros	2.100.918	1.963.052
Liquidação e pagamentos de juros	(1.741.343)	(6.051.741)
Saldo final em 31 de março	58.626.401	58.925.938

21) CONTRATOS DE SEGUROS

a) Ativos e passivos de contratos de seguros

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	PAA	BBA/VFA	Total	PAA	BBA/VFA	Total
Total de ativos e passivos de cobertura remanescente	1.785.234	409.105.202	410.890.436	2.159.891	400.033.295	402.193.186
Ativos contratos de Seguros	(571.551)	-	(571.551)	(545.500)	-	(545.500)
Passivo de cobertura remanescente (PCR)	2.356.785	409.105.202	411.461.987	2.705.391	400.033.295	402.738.686
- Valor presente dos fluxos de caixa futuros (BEL)	-	385.002.625	385.002.625	-	376.309.243	376.309.243
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	-	1.353.416	1.353.416	-	1.419.950	1.419.950
- Margem de cobertura de seguros (CSM)	-	22.749.161	22.749.161	-	22.304.102	22.304.102
- Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	2.356.785	-	2.356.785	2.705.391	-	2.705.391
Passivo de sinistros incorridos	15.118.147	1.819.007	16.937.154	15.034.052	1.942.738	16.976.790
- Melhor estimativa do passivo (BEL)	14.661.400	1.738.184	16.399.584	14.602.721	1.875.947	16.478.668
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	456.747	80.823	537.570	431.331	66.791	498.122
Total dos passivos de contrato de seguros	17.474.932	410.924.209	428.399.141	17.739.443	401.976.033	419.715.476

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	459.046.217	29.644.803	488.691.020	442.481.502	29.420.780	471.902.282
- Fluxos de caixa de aquisição	4.128.636	90.588	4.219.224	4.114.779	94.408	4.209.187
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	454.917.581	29.554.215	484.471.796	438.366.723	29.326.372	467.693.095
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(98.840.498)	(4.847.897)	(103.688.395)	(91.025.507)	(4.567.532)	(95.593.039)
Ajuste de risco não financeiro	749.907	603.509	1.353.416	792.866	627.084	1.419.950
Margem de cobertura de seguros	22.634.828	114.333	22.749.161	22.189.750	114.352	22.304.102
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	383.590.454	25.514.748	409.105.202	374.438.611	25.594.684	400.033.295

c) Contratos reconhecidos no período para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	14.862.161	713.716	15.575.877	26.807.917	416.379	27.224.296
- Fluxos de caixa de aquisição	104.146	-	104.146	142.820	8	142.828
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	14.758.015	713.716	15.471.731	26.665.097	416.371	27.081.468
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(16.300.024)	(598.431)	(16.898.455)	(28.859.254)	(365.663)	(29.224.917)
Ajuste de risco não financeiro	21.370	15.753	37.123	49.628	2.896	52.524
Margem de cobertura de seguros	1.416.493	211	1.416.704	2.001.743	88	2.001.831
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	-	131.249	131.249	34	53.700	53.734

d) Realização da margem de cobertura de seguros

	R\$ mil						
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	3.194.847	2.656.694	2.229.321	2.003.590	1.854.018	10.810.691	22.749.161
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de março de 2026	3.194.847	2.656.694	2.229.321	2.003.590	1.854.018	10.810.691	22.749.161
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	3.096.388	2.627.326	2.196.746	1.874.844	1.905.095	10.603.703	22.304.102
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2025	3.096.388	2.627.326	2.196.746	1.874.844	1.905.095	10.603.703	22.304.102

e) Movimentação da Cobertura Remanescente

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R\$ mil						
	BBA/VFA				TOTAL BBA/VFA	PAA Abordagem de alocação de prêmios	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda			
	BEL	RA	CSM	BEL			
Abertura de ativos diretos	-	-	-	-	-	(545.500)	(545.500)
Abertura de passivos diretos	368.492.759	1.419.950	22.352.414	7.768.172	400.033.295	2.705.391	402.738.686
Saldo inicial no período	368.492.759	1.419.950	22.352.414	7.768.172	400.033.295	2.159.891	402.193.186
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(1.407.267)	(39.143)	(456.462)	-	(1.902.872)	(14.261.103)	(16.163.975)
Contratos pelo método retrospectivo total	(95.792)	(4.740)	(122.024)	-	(222.556)	-	(222.556)
Contratos pelo método do valor justo	(1.050.803)	(27.964)	(95.133)	-	(1.173.900)	-	(1.173.900)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(258.101)	(6.439)	(239.305)	-	(503.845)	-	(503.845)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	(2.571)	-	-	-	(2.571)	-	(2.571)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(14.261.103)	(14.261.103)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	824.470	(60.399)	467.276	131.249	1.362.596	(749.200)	613.396
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	2.123.515	(95.272)	(2.028.243)	-	-	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(70.872)	(2.250)	-	-	(73.122)	-	(73.122)
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	225.654	-	1.607.147	-	1.832.801	-	1.832.801
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(1.453.827)	37.123	888.372	131.249	(397.083)	(749.200)	(1.146.283)
Despesas de Seguros	63.461	-	-	17.039	80.500	1.186.422	1.266.922
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	17.039	17.039	-	17.039
Custo de aquisição	63.461	-	-	-	63.461	1.186.422	1.249.883
Despesas financeiras	11.230.716	33.008	385.933	25.678	11.675.335	-	11.675.335
Despesas financeiras de contratos de seguro	11.230.716	33.008	385.933	25.678	11.675.335	-	11.675.335
Fluxos de caixa	(2.143.652)	-	-	-	(2.143.652)	13.449.224	11.305.572
Prêmios recebidos	9.523.914	-	-	-	9.523.914	14.761.896	24.285.810
Componente de investimento	(11.539.140)	-	-	-	(11.539.140)	-	(11.539.140)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(128.426)	-	-	-	(128.426)	(1.312.672)	(1.441.098)
Saldo final em 31 de março de 2026 de ativos e passivos de cobertura remanescente	377.060.487	1.353.416	22.749.161	7.942.138	409.105.202	1.785.234	410.890.436
Encerramento de Ativos diretos	-	-	-	-	-	(571.551)	(571.551)
Encerramento de passivos diretos	377.191.736	1.353.416	22.749.161	7.810.889	409.105.202	2.356.785	411.461.987

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R\$ mil						
	BBA/VFA					PAA	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA	Abordagem de alocação de prêmios	
	BEL	RA	CSM	BEL			
Abertura de ativos diretos	-	-	-	-	-	(366.383)	(366.383)
Abertura de passivos diretos	326.129.277	1.713.661	24.695.113	7.459.691	359.997.742	3.413.117	363.410.859
Saldo inicial no período	326.129.277	1.713.661	24.695.113	7.459.691	359.997.742	3.046.734	363.044.476
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(1.324.480)	(46.236)	(390.583)	-	(1.761.299)	(13.026.887)	(14.788.186)
Contratos pelo método retrospectivo total	(117.680)	(5.526)	(135.874)	-	(259.080)	-	(259.080)
Contratos pelo método do valor justo	(1.015.134)	(36.017)	(114.771)	-	(1.165.922)	-	(1.165.922)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(201.779)	(4.693)	(139.938)	-	(346.410)	-	(346.410)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	10.113	-	-	-	10.113	-	10.113
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(13.026.887)	(13.026.887)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	1.081.254	127.152	633.812	-	1.842.218	(830.236)	1.011.982
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	1.044.171	46.443	(1.099.556)	-	(8.942)	-	(8.942)
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	332.983	28.185	-	-	361.168	-	361.168
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	1.818	-	209.287	-	211.105	-	211.105
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(297.718)	52.524	1.524.081	-	1.278.887	(830.236)	448.651
Despesas de Seguros	61.916	-	-	895.289	957.205	1.047.617	2.004.822
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	895.289	895.289	-	895.289
Custo de aquisição	61.916	-	-	-	61.916	1.047.617	1.109.533
Despesas financeiras	9.534.438	27.432	264.935	-	9.826.805	-	9.826.805
Despesas financeiras de contratos de seguro	9.534.438	27.432	264.935	-	9.826.805	-	9.826.805
Fluxos de caixa	(225.228)	-	-	-	(225.228)	12.760.220	12.534.992
Prêmios recebidos	12.401.365	-	-	-	12.401.365	13.773.429	26.174.794
Componente de investimento	(12.477.902)	-	-	-	(12.477.902)	-	(12.477.902)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(148.691)	-	-	-	(148.691)	(1.013.209)	(1.161.900)
Saldo final em 31 de março de 2025 de ativos e passivos de cobertura remanescente	335.257.177	1.822.009	25.203.277	8.354.980	370.637.443	2.997.448	373.634.891
Encerramento de Ativos diretos	-	-	-	-	-	(382.885)	(382.885)
Encerramento de passivos diretos	335.257.177	1.822.009	25.203.277	8.354.980	370.637.443	3.380.333	374.017.776

f) Movimentação da Provisão de Sinistro (PSI)

	R\$ mil						
	PSI - BBA e VFA			PSI - PAA			TOTAL PSI
	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - PAA	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.788.775	65.439	1.854.214	13.109.371	418.375	13.527.746	15.381.960
Despesas com prestação de seguros	849.798	3.574	853.372	8.844.149	(5.955)	8.838.194	9.691.566
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	849.798	3.574	853.372	8.844.149	(5.955)	8.838.194	9.691.566
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(41.151)	1	(41.150)	49.319	-	49.319	8.169
Despesas financeiras de contratos de seguro	31.876	1.759	33.635	213.376	6.836	220.212	253.847
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	(10.507)	292	(10.215)	(75.415)	(1.662)	(77.077)	(87.292)
Fluxos de caixa	(792.921)	-	(792.921)	(8.942.626)	-	(8.942.626)	(9.735.547)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(792.921)	-	(792.921)	(8.942.626)	-	(8.942.626)	(9.735.547)
Saldo em 31 de março de 2025	1.825.870	71.065	1.896.935	13.198.174	417.594	13.615.768	15.512.703
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.875.947	66.791	1.942.738	14.602.721	431.331	15.034.052	16.976.790
Despesas com prestação de seguros	459.699	12.017	471.716	9.976.339	13.250	9.989.589	10.461.305
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	459.699	12.017	471.716	9.976.339	13.250	9.989.589	10.461.305
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	51.284	-	51.284	(61.393)	-	(61.393)	(10.109)
Despesas financeiras de contratos de seguro	49.216	2.043	51.259	366.848	12.329	379.177	430.436
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	4.590	(28)	4.562	38.154	(163)	37.991	42.553
Fluxos de caixa	(702.552)	-	(702.552)	(10.261.269)	-	(10.261.269)	(10.963.821)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(702.552)	-	(702.552)	(10.261.269)	-	(10.261.269)	(10.963.821)
Saldo em 31 de março de 2026	1.738.184	80.823	1.819.007	14.661.400	456.747	15.118.147	16.937.154

g) Margem de cobertura de seguros

	R\$ mil							
	Acumulado em 31 de março							
	2026				2025			
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.410.167	6.389.910	11.552.337	22.352.414	7.215.705	8.414.912	9.064.496	24.695.113
Mudanças em relação ao período atual	(95.133)	(122.024)	(239.305)	(456.462)	(114.771)	(135.874)	(139.938)	(390.583)
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(95.133)	(122.024)	(239.305)	(456.462)	(114.771)	(135.874)	(139.938)	(390.583)
Mudanças em relação aos períodos futuros	18.942	(37.957)	486.291	467.276	23.386	17.628	592.798	633.812
- Contratos inicialmente reconhecidos	45.792	15.613	826.967	888.372	101.304	52.183	1.370.594	1.524.081
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(26.850)	(53.570)	(340.676)	(421.096)	(77.918)	(34.555)	(777.796)	(890.269)
Total de mudanças técnicas	(76.191)	(159.981)	246.986	10.814	(91.385)	(118.246)	452.860	243.229
Despesas financeiras de contratos de seguro	16.506	119.918	249.509	385.933	8.240	104.011	152.684	264.935
Saldo final em 31 de março	4.350.482	6.349.847	12.048.832	22.749.161	7.132.560	8.400.677	9.670.040	25.203.277

h) Movimentação de outros resultados abrangentes

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.515.780	3.614.624
Mudanças nos outros resultados abrangentes	18.393	(165.018)
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	30.569	(273.876)
Imposto diferido	(12.176)	108.858
Saldo final em 31 de março	4.534.173	3.449.606

i) Receita de seguros

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)	16.163.975	14.788.186
Saídas referentes a contratos do modelo geral	1.407.267	1.324.479
- Expectativa de sinistros ocorridos e Despesas	1.341.235	1.272.676
- Recuperação de Fluxo de Caixa de Aquisição	63.461	61.916
- Ajustes experiência	2.571	(10.113)
Mudança no ajuste de risco não financeiro	39.143	46.237
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	456.462	390.583
Saídas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	14.261.103	13.026.887
Receita de Seguro	16.163.975	14.788.186

j) Despesa financeira de seguros

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	(1.872.465)	(4.886.054)
Acreditação de juros	(10.233.306)	(5.194.598)
Valores reconhecidos no resultado	(12.105.771)	(10.080.652)
Efeito das variações nas taxas de juros	30.569	(273.876)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	30.569	(273.876)
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	(12.075.202)	(10.354.528)

k) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ocorrência/Pagamento	R\$ mil									
	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
Ano de ocorrência 1	3.448.655	3.699.756	3.366.221	3.358.997	3.384.728	3.398.667	3.410.349	3.410.597	3.417.620	3.432.628
Ano de ocorrência 2	3.393.887	3.800.207	3.443.635	3.430.409	3.454.480	3.461.053	3.472.060	3.477.856	3.486.563	-
Ano de ocorrência 3	3.071.652	3.424.447	3.120.260	3.139.454	3.151.462	3.157.111	3.177.594	3.182.563	-	-
Ano de ocorrência 4	3.108.687	3.471.062	3.224.976	3.252.061	3.253.485	3.266.356	3.281.945	-	-	-
Ano de ocorrência 5	3.265.991	3.662.438	3.162.257	3.152.987	3.171.846	3.190.375	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	4.534.467	4.593.212	4.340.026	4.346.132	4.388.522	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	4.590.032	5.053.836	4.853.216	4.878.335	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	33.594.564	34.614.310	34.500.534	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	34.768.766	35.555.314	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	30.773.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	30.773.999	35.555.314	34.500.534	4.878.335	4.388.522	3.190.375	3.281.945	3.182.563	3.486.563	3.432.628
Estimativa dos sinistros até a data base	44.876.372	37.176.870	35.080.751	5.170.588	4.622.339	3.342.308	3.368.999	3.250.164	3.539.423	3.432.628
Sinistros estimados a pagar até a data base	14.102.373	1.621.556	580.217	292.253	233.817	151.933	87.054	67.601	52.860	-

R\$ mil	
Sinistros estimados a pagar	17.189.664
Ajuste ao valor presente	(1.264.200)
Ajuste pelo risco não financeiro	267.480
Outras estimativas	744.210
Passivo para sinistros incorridos em 31 de março de 2026	16.937.154

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a constituição da provisão, considera os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas seguindo critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.519.776 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 3.467.535 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- PIS e Cofins – R\$ 972.867 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 951.899 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 569.077 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 560.495 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 11.442 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 11.293 mil): relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhista	Cível	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.361.652	6.918.859	6.749.842	18.030.353
Atualização monetária	27.504	81.748	73.332	182.584
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	618.060	698.731	28.637	1.345.428
Pagamentos	(640.780)	(734.437)	(369.511)	(1.744.728)
Saldos em 31 de março de 2026	4.366.436	6.964.901	6.482.300	17.813.637
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	67.537	128.554	122.454	318.545
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	895.689	303.624	71.850	1.271.163
Pagamentos	(861.740)	(770.951)	(37.028)	(1.669.719)
Saldos em 31 de março de 2025	2.714.889	7.488.478	7.614.436	17.817.803

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de março de 2026 para processos trabalhistas R\$ 1.461.896 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 1.456.696 mil), para os processos cíveis R\$ 11.495.186 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 11.124.335 mil) e para os processos fiscais R\$ 38.254.362 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 43.095.893 mil).

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.621.846 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 10.475.878 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2021 – R\$ 7.778.974 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 7.749.082 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 6.469.099 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 11.141.274 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização. No trimestre, a Organização optou pela liquidação dos débitos, considerando os benefícios previstos na Lei nº 14.689/2023 (Lei do Voto de Qualidade), resultando na exclusão de juros e multas e na liquidação do principal mediante utilização integral de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL, no montante de R\$ 1.780.614 mil;

- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.418.537 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 3.502.232 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 2.021.379 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 1.967.940 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2019 a 2021 – R\$ 957.421 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 933.359 mil): autuações de IRPJ/CSLL questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 848.647 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 835.865 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 205.295 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 202.467 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros	149.904.563	117.391.205
Operações de cartões de crédito (1)	53.139.625	49.053.015
Operações de câmbio (2)	45.615.655	32.050.063
Obrigações com cessões de crédito	2.858.685	3.488.479
Planos de capitalização	10.375.106	10.266.997
Negociação e intermediação de valores	34.825.497	19.285.262
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	3.089.995	3.247.389
Outros passivos	64.907.046	59.109.914
Recursos em trânsito de terceiros (3)	4.513.155	6.130.263
Provisão para pagamentos a efetuar	13.548.803	14.897.313
Credores diversos	9.678.944	7.717.585
Sociais e estatutárias	9.832.780	9.111.650
Outros impostos a pagar	1.994.701	2.272.401
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.357.233	625.933
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.046.322	1.030.874
Obrigações por cotas de fundos de investimento	4.504.764	3.799.034
Outros (4)	13.430.344	13.524.861
Total	214.811.609	176.501.119

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio;

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas no país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior; e

(4) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

b) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.247.390
Remensuração e novos contratos	41.978
Pagamentos	(278.343)
Apropriação de encargos financeiros	78.970
Saldo final em 31 de março de 2026	3.089.995
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	3.149.771
Remensuração e novos contratos	854.063
Pagamentos	(372.709)
Apropriação de encargos financeiros	87.557
Saldo final em 31 de março de 2025	3.718.682

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de março de 2026 está dividido da seguinte forma: R\$ 734.429 mil até 1 ano (R\$ 730.937 mil até 1 ano em dezembro de 2025), R\$ 1.736.412 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 1.730.439 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2025) e R\$ 495.236 mil com mais de 5 anos (R\$ 495.566 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2025).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	364.386.539	358.376.828
Beneficiários e garantias prestadas (2)	122.698.116	125.119.738
Créditos abertos para importação	690.959	356.071
Total	487.775.614	483.852.637

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras

concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital e direitos dos acionistas

i. Composição do capital social em quantidade de ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Total em circulação	10.570.712.028	10.577.012.028

(1) Em fevereiro de 2026 houve aquisição de 6.300.000 ações em Tesouraria, sendo 3.150.000 ações ordinárias e 3.150.000 ações preferenciais.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Movimentação do capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2026, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 6.670.000 mil, elevando-o de R\$ 87.100.000 mil para R\$ 93.770.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Legal", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

c) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

d) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2026, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270307744 por ação ordinária e R\$ 0,297338519 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de outubro de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao 1º trimestre de 2026, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	5.030.151	
(-) Reserva legal	251.508	
Base de cálculo ajustada	4.778.643	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	574.552	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	3.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	379.730	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(691.999)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de março de 2026	3.262.283	68,27
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de março de 2025	2.766.079	50,18

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor provisionado/ pago bruto	IRRF (17,5%) (2)	Valor provisionado/ pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,051749	0,056924	574.552	100.547	474.005
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,270308	0,297339	3.000.000	525.000	2.475.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,034194	0,037614	379.730	66.452	313.278
Total acumulado em 31 de março de 2026	0,356251	0,391877	3.954.282	691.999	3.262.283

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor provisionado/ pago bruto	IRRF (15%)	Valor provisionado/ pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,051750	0,056923	575.269	86.290	488.979
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,207112	0,227824	2.300.000	345.000	1.955.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,034123	0,037536	378.941	56.841	322.100
Total acumulado em 31 de março de 2025	0,292985	0,322283	3.254.210	488.131	2.766.079

(1) A serem pagos até 30 de outubro de 2026; e

(2) Aumento da alíquota a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme Lei Complementar nº 224/2025.

e) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de março de 2026, permaneciam em tesouraria 10.650.000 ações ordinárias e 10.650.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 288.591 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 12,14 e R\$ 17,68 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 13,47 e R\$ 20,40 respectivamente.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	2.465.685	2.668.966
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	2.712.255	2.935.863
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.294.516	5.300.118
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.278.786	5.284.388
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	0,47	0,50
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	0,51	0,56

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Receita de juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	10.898.337	7.680.581
Empréstimos e adiantamentos a clientes:		
- Operações de crédito	31.922.946	27.554.764
- Operações de arrendamento mercantil	248.999	116.672
Ativos financeiros:		
- Ao valor justo por meio do resultado	14.769.392	14.079.103
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.342.968	3.002.010
- Ao custo amortizado	8.768.691	7.408.236
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.148.462	2.582.573
Outras receitas financeiras de juros	23.789	5.278
Total	73.123.584	62.429.217
Despesa de juros e similares		
Recursos de instituições financeiras:		
- Depósitos interfinanceiros	(291.615)	(47.204)
- Captação no mercado aberto	(11.473.657)	(8.119.122)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(3.938.166)	(1.653.544)
Recursos de clientes:		
- Poupança	(2.077.762)	(2.185.122)
- A prazo	(13.402.629)	(9.997.211)
Recursos de emissão de títulos	(10.181.302)	(5.590.930)
Dívidas subordinadas	(2.100.918)	(1.963.051)
Passivos de contratos de seguros	(12.105.771)	(10.333.950)
Provisões técnicas de capitalização	(218.086)	(193.623)
Total	(55.789.906)	(40.083.757)
Resultado líquido de juros	17.333.678	22.345.460

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Resultado líquido de serviços e comissões		
Rendas de cartões	2.691.634	2.478.953
Contas correntes	1.570.210	1.686.547
Cobrança	588.641	346.428
Operações de crédito	844.566	597.221
Administração de fundos	358.964	329.693
Administração de consórcios	309.312	707.157
Serviços de custódia e corretagem	637.019	353.488
Mercado de capitais / Assessoria financeira	409.008	361.238
Arrecadações	102.197	95.950
Outras	369.135	344.869
Total	7.880.686	7.301.544

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	(27.068)	(2.103.678)
Instrumentos financeiros derivativos	742.619	758.451
Total	715.551	(1.345.227)

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Receita dos contratos PAA	14.261.104	13.026.887
Receita dos contratos BBA	1.897.761	1.759.301
Receita de Contratos VFA	5.110	1.998
Receita de seguros e previdência	16.163.975	14.788.186
Sinistros ocorridos	(10.237.740)	(9.451.185)
Custos de aquisição	(1.249.883)	(1.109.533)
Despesas administrativas	(878.575)	(854.542)
Contratos onerosos	(17.039)	(895.289)
Resultado de resseguros	9.657	(12.961)
Despesas de seguros e previdência	(12.373.580)	(12.323.510)
Resultado de seguros e previdência	3.790.395	2.464.676

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Proventos	(3.298.316)	(3.016.522)
Benefícios	(1.222.501)	(1.282.754)
Encargos sociais	(1.016.935)	(1.097.427)
Participação dos empregados nos lucros	(562.300)	(456.229)
Treinamentos	(13.294)	(18.576)
Total	(6.113.346)	(5.871.508)

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Serviços de terceiros	(969.665)	(1.325.273)
Comunicação	(153.578)	(151.680)
Processamento de dados	(896.618)	(629.116)
Propaganda, promoções e publicidade	(295.798)	(268.402)
Manutenção e conservação de bens	(241.386)	(298.079)
Sistema financeiro	(404.355)	(468.378)
Aluguéis	(26.293)	(24.931)
Segurança e vigilância	(112.483)	(123.294)
Transporte	(133.730)	(151.057)
Água, energia e gás	(72.800)	(78.843)
Materiais	(27.710)	(27.319)
Viagens	(42.294)	(33.803)
Outras	(511.790)	(560.036)
Total	(3.888.500)	(4.140.211)

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Despesa com amortização	(1.167.709)	(1.132.254)
Despesa com depreciação	(515.021)	(538.731)
Total	(1.682.730)	(1.670.985)

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Despesas tributárias	(2.136.394)	(2.073.779)
Despesas com provisões judiciais	(1.527.691)	(1.586.049)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	51.839	283.196
Despesas com comercialização de cartões	(1.233.428)	(1.060.054)
Outras (1)	(1.430.520)	(912.561)
Total	(6.276.194)	(5.349.247)

(1) Composto, principalmente, por receitas e despesas operacionais cujos saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.830.098	6.062.918
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(3.523.544)	(2.728.313)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	201.700	174.554
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	333.848	144.958
Juros sobre o capital próprio	1.779.427	1.464.395
Outros valores (1)	(1.390.984)	557.150
Imposto de renda e contribuição social do período (2)	(2.599.553)	(387.256)

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; (ii) baixa de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de débitos pelo benefício da Lei 14.689/23 (Lei do Voto de Qualidade) no montante de R\$ 1.780.614 mil (nota 22c) e (iii) as deduções incentivadas; e

(2) Em 31 de março de 2026, a despesa de IRPJ e CSLL é composta por R\$ (2.462.920) mil de tributos correntes (2025 - R\$ (2.305.137) mil) e R\$ (136.633) mil de tributos diferidos (2025 - R\$ 1.917.881 mil).

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 31 de março de 2026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	81.719.902	3.388.114	(5.336.867)	79.771.149
Provisões cíveis	2.987.706	83.302	(59.637)	3.011.371
Provisões fiscais	2.714.477	45.363	(15.038)	2.744.802
Provisões trabalhistas	1.943.850	52.453	(50.530)	1.945.773
Ativos não financeiros mantidos para venda	640.225	69.367	(70.649)	638.943
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Derivativos	34.105	895	(21.876)	13.124
Outros	6.407.842	728.760	(593.962)	6.542.640
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	96.448.107	4.368.254	(6.148.559)	94.667.802
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.682.204	4.372.167	(1.837.604)	21.216.767
Subtotal	115.130.311	8.740.421	(7.986.163)	115.884.569
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos em VJORA	1.592.382	192.513	(431.575)	1.353.320
Total dos créditos tributários (1)	116.722.693	8.932.934	(8.417.738)	117.237.889
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.381.018	1.221.024	(330.133)	8.271.909
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	109.341.675	7.711.910	(8.087.605)	108.965.980

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização	Saldo em 31 de março de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.073.481	12.180.932	(10.100.638)	73.153.775
Provisões cíveis	3.427.730	91.742	(249.416)	3.270.056
Provisões fiscais	3.428.498	78.026	(19.070)	3.487.454
Provisões trabalhistas	1.165.970	72.770	(29.726)	1.209.014
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.334	66.915	(70.451)	695.798
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	15.813	116.617	(3.427)	129.003
Outros	6.276.456	1.627.876	(1.875.797)	6.028.535
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	86.087.282	14.234.878	(12.348.525)	87.973.635
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	584.039	(64.210)	19.275.179
Subtotal	104.842.632	14.818.917	(12.412.735)	107.248.814
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.356.352	226.577	(358.690)	2.224.239
Total dos créditos tributários (1)	107.198.984	15.045.494	(12.771.425)	109.473.053
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.055.107	800.404	(312.103)	7.543.408
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	100.143.877	14.245.090	(12.459.322)	101.929.645

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2026 foi de R\$ (6.171.836) mil (2025 - R\$ (5.485.087) mil).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de março de 2026 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	6.199.237	4.830.794	2.277.254	1.736.961	15.044.246
2027	8.629.130	6.826.941	165.920	60.868	15.682.859
2028	7.292.974	5.773.359	301.287	174.126	13.541.746
2029	6.581.017	5.213.842	658.928	452.632	12.906.419
2030	5.760.448	4.443.187	1.017.146	745.044	11.965.825
2031	4.139.995	3.243.321	1.588.955	1.185.352	10.157.623
2032	3.652.264	2.878.772	1.850.460	1.407.351	9.788.847
2033	3.434.767	2.714.860	2.169.141	1.720.778	10.039.546
2034	3.532.791	2.742.496	1.509.238	1.836.355	9.620.880
2035	3.795.817	2.981.790	137.674	221.297	7.136.578
Total	53.018.440	41.649.362	11.676.003	9.540.764	115.884.569

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

d) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de março de 2026
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	474.115	680.278	(160.194)	994.199
Superveniência de depreciação	1.055.737	95.888	-	1.151.625
Atualização de depósitos judiciais	2.222.169	88.016	(10.866)	2.299.319
Outros	3.628.997	356.842	(159.073)	3.826.766
Total dos impostos diferidos	7.381.018	1.221.024	(330.133)	8.271.909

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de março de 2025
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	443.139	64.829	(206.878)	301.090
Superveniência de depreciação	726.203	94.732	-	820.935
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	68.788	(8.816)	2.068.500
Outros	3.877.237	572.055	(96.409)	4.352.883
Total dos impostos diferidos	7.055.107	800.404	(312.103)	7.543.408

e) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026			Em 31 de março de 2025		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	706.185	(322.584)	383.601	566.858	(237.202)	329.656
Conversão de subsidiária no exterior	(286.171)	128.777	(157.394)	(363.176)	163.429	(199.747)
Contratos de seguros	30.569	(12.176)	18.393	(273.876)	108.858	(165.018)
Outros	16	(7)	9	(1.351)	608	(743)
Total	450.599	(205.990)	244.609	(71.545)	35.693	(35.852)

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos períodos findos em 2026 e 2025.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 31 de março de 2026 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira (4)	67.579.608	2.297.413	94.525	(111.396)	69.860.150	(367.187)	(674.148)	9.295.230	78.114.045
Despesas da intermediação financeira	(45.678.478)	-	-	111.912	(45.566.566)	333.541	1.769.476	(12.326.357)	(55.789.906)
Margem financeira	21.901.130	2.297.413	94.525	516	24.293.584	(33.646)	1.095.328	(3.031.127)	22.324.139
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.458.089)	-	-	-	(10.458.089)	116.642	-	1.688.872	(8.652.575)
Resultado bruto da intermediação financeira	11.443.041	2.297.413	94.525	516	13.835.495	82.996	1.095.328	(1.342.255)	13.671.564
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	4.072.951	-	9.236	4.082.187	-	-	(116.899)	3.965.288
Receitas de prestação de serviços	9.794.041	533.084	33.748	(27.637)	10.333.236	(1.783.012)	(664.786)	(4.752)	7.880.686
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(11.370.220)	(1.275.346)	(32.662)	73.663	(12.604.565)	637.922	(87.280)	369.347	(11.684.576)
Despesas tributárias	(2.019.834)	(375.840)	(8.228)	-	(2.403.902)	260.715	-	6.793	(2.136.394)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(63.553)	136.281	-	-	72.728	375.270	-	225	448.223
IR/CS e Outras receitas/despesas	(5.556.415)	(2.628.405)	(44.430)	(55.778)	(8.285.028)	426.109	(343.262)	1.287.935	(6.914.246)
Lucro líquido em 31 de março de 2026	2.227.060	2.760.138	42.953	-	5.030.151	-	-	200.394	5.230.545
Total do ativo	2.121.751.270	519.559.966	3.026.287	(167.985.999)	2.476.351.524	(27.951.082)	(48.217.625)	34.953.516	2.435.136.333
Investimentos em coligadas e joint ventures	86.758.859	6.369.709	20.991	(86.307.586)	6.841.973	7.753.320	-	(64.768)	14.530.525
Total do passivo	1.906.440.264	473.640.895	182.792	(81.678.413)	2.298.585.538	(27.951.082)	(48.217.625)	32.429.096	2.254.845.927

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de março de 2025 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira (4)	235.516.116	8.506.979	355.635	(286.293)	244.092.437	(5.190.067)	(5.505.872)	36.786.608	270.183.106
Despesas da intermediação financeira	(154.883.751)	(18.430)	-	428.749	(154.473.432)	1.530.732	8.416.250	(49.317.303)	(193.843.753)
Margem financeira	80.632.365	8.488.549	355.635	142.456	89.619.005	(3.659.335)	2.910.378	(12.530.695)	76.339.353
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(36.370.035)	-	-	-	(36.370.035)	1.069.096	-	5.692.979	(29.607.960)
Resultado bruto da intermediação financeira	44.262.330	8.488.549	355.635	142.456	53.248.970	(2.590.239)	2.910.378	(6.837.716)	46.731.393
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	13.887.736	-	33.747	13.921.483	-	-	(1.709.037)	12.212.446
Receitas de prestação de serviços	39.563.634	2.061.017	142.372	(133.187)	41.633.836	(8.008.985)	(2.469.449)	(81.756)	31.073.646
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(46.173.552)	(5.138.904)	(133.738)	274.376	(51.171.818)	2.410.916	(403.143)	1.586.342	(47.577.703)
Despesas tributárias	(7.520.187)	(1.484.930)	(22.812)	-	(9.027.929)	899.826	-	38.572	(8.089.531)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(225.416)	610.771	-	-	385.355	1.776.372	-	900	2.162.627
IR/CS e Outras receitas/despesas	(15.496.030)	(8.354.473)	(272.913)	(317.392)	(24.440.808)	5.512.110	(37.786)	6.378.242	(12.588.242)
Lucro líquido em 31 de março de 2025	14.410.779	10.069.766	68.544	-	24.549.089	-	-	(624.453)	23.924.636
Total do ativo	2.036.011.553	507.789.849	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670	(29.930.004)	(45.943.903)	23.599.453	2.330.327.216
Investimentos em coligadas e joint venture	86.292.770	5.612.184	318.322	(86.267.687)	5.955.589	7.392.844	-	(64.993)	13.283.440
Total do passivo	1.820.238.662	463.807.578	191.759	(78.210.371)	2.206.027.628	(29.930.004)	(45.943.903)	21.224.865	2.151.378.586

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (3) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. Os principais ajustes no patrimônio líquido e resultado respectivamente são: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R\$ 665 milhões (2025 – R\$ 636 milhões) – R\$ 29 milhões (2025 – R\$ (284) milhões); (ii) outros – R\$ (1.210) milhões (2025 – R\$ (1.080) milhões) – R\$ (2) milhões (2025 – R\$ 40 milhões); (iii) contratos de seguro – R\$ 1.784 milhões (2025 – R\$ 1.663 milhões) – R\$ 102 milhões (2025 – R\$ 24 milhões); e (iv) combinação de negócios - R\$ 4.975 milhões (2025 – R\$ 4.956 milhões) – R\$ 19 milhões (2025 – R\$ 22 milhões).

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.442	15.086	-	-	15.442	15.086
Empréstimos e adiantamentos a clientes e outros ativos	10	11	5.140.018	4.515.700	244.455	185.425	5.384.483	4.701.136
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	7.522.490	5.434.015	809.301	1.171.315	399.745	400.505	8.731.536	7.005.835
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	29.332.799	28.982.300	-	-	932.070	912.486	30.264.869	29.894.786
Outros passivos (4)	3.267.060	3.171.676	12.929.941	13.786.032	5.826	1.991	16.202.827	16.959.699

	Acumulado em 31 de março - R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Resultado								
Resultado líquido de juros	(1.202.889)	(906.250)	27.327	(64.668)	(40.326)	(52.862)	(1.215.888)	(1.023.780)
Receita de prestação de serviços	32	49	113.385	97.108	87	163	113.504	97.320
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	50.677	28.532	(595.879)	(638.644)	(4.109)	(25.803)	(549.311)	(635.915)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência complementar dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2026, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.385.852 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 57.188 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2026	2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	323.780	277.016
Pós Emprego - Planos de previdência	13.127	13.951
Total	336.907	290.967

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ações ordinárias	0,32%	0,32%
Ações preferenciais	1,05%	1,05%
Total de ações (1)	0,69%	0,69%

(1) Em 31 de março de 2026, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,16% de ações ordinárias, 1,08% de ações preferenciais e 1,62% do total de ações (em 31 de dezembro de 2025 - 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturação contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro¹ sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social e ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, compliance e reputacional.

Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento para reforçar a disseminação da cultura de risco da Organização.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente², ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

¹ Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

² O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Social, Ambiental e Climático, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;
- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade;
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais Frameworks internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, responder ao risco, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de monitoramento, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou acompanhamento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.
- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe de um programa de testes de estresse caracterizado por um conjunto de processos e rotinas, que abrangem metodologias, documentação e governança, cujo objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do Programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital abrangendo as áreas de controle e de negócios, conforme as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, com o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada ao cumprimento das determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem para o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie o desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (buffer), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do buffer gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	117.009.657	124.320.006
Nível I	137.987.895	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	171.770.701	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.152.478.892	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	10,2%	11,2%
Índice de Nível I (1)	12,0%	13,2%
Índice de Basileia	14,9%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (2)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	2,15%	3,21%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	2.193.616.118	2.141.573.090
RA	6,3%	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	256.037.957	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	158.406.752	160.033.728
LCR	161,6%	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.431.862	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	930.588.054	925.369.687
NSFR	122,1%	122,8%

(1) Considerando os efeitos da reorganização societária da Bradsaúde, o Capital Regulatório atingiria 12,7%, o Capital Nível I 14,5% e Índice de Basileia 17,4%; e

(2) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da Área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da Área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da Área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação nos níveis do CEO ou Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº

4.966 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais,

destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os

- valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	138.824.486	-	137.031.197	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	517.053.680	(3.550.656)	551.306.606	(3.516.837)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	147.656.696	(16.022)	138.998.105	(30.408)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	332.043.414	(24)	235.485.067	(13)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	799.227.763	(45.773.825)	791.468.154	(47.011.092)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	260.084.187	(4.604.253)	263.111.062	(3.564.491)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	92.970.758	-	73.426.822	-
Compromissos de valores de crédito a liberar - <i>off balance</i> (Nota 11 e 24)	364.386.539	(1.598.183)	358.376.828	(1.815.386)
Beneficiários e garantias prestadas - <i>off balance</i> (Nota 11 e 24)	122.698.116	(1.288.332)	125.119.738	(1.266.804)
Total da exposição	2.774.945.639	(56.831.295)	2.674.323.579	(57.205.031)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Maior devedor	0,6%	0,5%
Dez maiores devedores	3,3%	3,5%
Vinte maiores devedores	5,1%	5,4%
Cinquenta maiores devedores	8,4%	8,7%
Cem maiores devedores	11,2%	11,5%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026	%	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	9.666.256	1,2	9.695.176	1,2
Setor privado	789.561.507	98,8	781.772.978	98,8
Total	799.227.763	100,0	791.468.154	100,0
Pessoa jurídica	351.338.480	44,0	350.445.791	44,3
Atividades imobiliárias e construção	25.363.799	3,2	25.188.642	3,2
Varejo	38.193.617	4,8	41.304.495	5,2
Serviços	116.976.004	14,6	115.073.789	14,5
Transportes e concessão	28.706.722	3,6	28.635.592	3,6
Automobilística	6.717.889	0,8	7.228.928	0,9
Alimentícia	16.040.638	2,0	15.258.682	1,9
Atacado	20.391.981	2,6	20.564.676	2,6
Energia elétrica	10.448.405	1,3	10.541.406	1,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.127.625	0,6	5.568.769	0,7
Demais setores	83.371.800	10,4	81.080.812	10,2
Pessoa física	447.889.283	56,0	441.022.363	55,7

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (netting). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	351.338.480	252.448.415	350.445.791	248.842.209
Estágio 1	317.965.070	231.431.582	315.701.697	225.184.657
Estágio 2	12.649.878	9.409.501	11.609.479	8.416.815
Estágio 3	20.723.532	11.607.332	23.134.615	15.240.737
Pessoa Física	447.889.283	450.509.137	441.022.363	417.170.096
Estágio 1	386.426.473	409.675.315	381.759.894	380.871.896
Estágio 2	27.221.055	24.514.479	25.431.262	21.377.870
Estágio 3	34.241.755	16.319.343	33.831.207	14.920.330
Total	799.227.763	702.957.552	791.468.154	666.012.305

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 320.445.063 mil (Em 31 de dezembro 2025 - R\$ 324.425.508 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de

exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);

- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na *Carteira Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - Δ EVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - Δ NII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da *Carteira Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às *Carteiras Trading* e Regulatória (posições da *Carteira Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da *Carteira Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da *Carteira Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da *Carteira Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da *Carteira Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pelas áreas especialistas e avaliados pela Comissão Técnica de Testes de Estresse - COTES da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e

consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados para aprovação de acordo com a governança estabelecida, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de

- mercado dos instrumentos financeiros;
- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição e o COGIRAC são informados tempestivamente sobre o consumo do limite, para a tomada de decisão. Havendo necessidade de aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para deliberação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A Área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela área de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;

- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	43.181.445	29.581.730	76.704.911	38.242.679
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	17.812.655	13.686.142	12.020.758	10.982.367
Cupom cambial	753.338	50.946	341.370	-
Moedas estrangeiras	10.514.520	9.997.713	9.035.717	8.638.662
Renda variável	29.111.991	29.245.315	24.558.158	24.644.617
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	13.062.263	12.744.182	22.300.246	20.512.300
Outros	2.013.912	2.434.642	10.799.051	128.243
Total	116.450.124	97.740.670	155.760.211	103.148.868

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 27.859 mil, no final do primeiro trimestre de 2026 tendo o fator de risco IGP-M / IPCA como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	14.836	8.265
IGP-M / IPCA	11.587	6.902
Cupom cambial	224	67
Moedas estrangeiras	6.319	4.031
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	4.913	7.055
Renda variável	2.975	1.940
Outros	5.373	1.378
Efeito correlação/diversificação	(18.368)	(14.825)
VaR no final do ano	27.859	14.813
VaR médio no ano	24.580	26.386
VaR mínimo no ano	13.666	9.836
VaR máximo no ano	53.203	61.733

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	79.559	119.283	45.660	56.835
Taxa de câmbio	25.701	38.522	16.876	31.998
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	1.462	2.540	13.284	76.852
Preço de ações	17.465	23.575	7.697	18.547
Efeito correlação/diversificação	(38.551)	(59.470)	(36.598)	(79.430)
VaR no final do ano	85.636	124.450	46.919	104.802
VaR médio no ano	75.303	138.765	76.840	95.545
VaR mínimo no ano	40.579	92.626	33.671	26.010
VaR máximo no ano	157.515	241.941	195.304	243.961

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares no 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% duas vezes na visão hipotética e três vezes na visão efetiva, em março/26. Em dezembro/25 os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% nenhuma vez na visão hipotética e nenhuma vez na visão efetiva.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽²⁾, os rompimentos seriam classificados como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira Trading

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
No final do ano	293.513	191.803
Médio do ano	287.160	143.694
Mínimo do ano	148.477	51.893
Máximo do ano	437.874	354.628

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros, sendo 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

⁽²⁾ O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(572)	(187.696)	(358.215)	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(468)	(105.065)	(217.979)	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(20)	(2.617)	(5.175)	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.842)	(71.061)	(142.122)	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	733	18.332	36.664	476	11.888	23.776
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	59	2.195	5.178	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(255)	(6.379)	(12.759)	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		(3.365)	(352.291)	(694.408)	(2.252)	(193.590)	(372.198)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 339 bps e 659 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Mar/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de março de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(12.525)	(4.299.622)	(8.378.757)	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(18.933)	(2.987.696)	(5.305.228)	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.892)	(242.753)	(471.981)	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.740)	(93.512)	(187.023)	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(40.030)	(1.000.740)	(2.001.479)	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.900	281.628	555.425	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(254)	(6.361)	(12.722)	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		(74.474)	(8.349.056)	(15.801.765)	(66.295)	(7.286.878)	(13.845.070)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 340 bps e 663 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Mar/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Risco de mercado - Seguros

No item 40.6 Risco de seguros/subscrição, apresenta-se a análise de sensibilidade referente à taxa de desconto aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. Os efeitos dessa sensibilidade sobre os passivos de seguros estão diretamente vinculados à Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), a qual sofre variações em função das taxas de juros e da inflação. Nesse contexto, seria possível sua inclusão no presente item. Todavia, considerando que tal sensibilidade impacta diretamente a mensuração do passivo atuarial, compreende-se que sua apresentação é mais adequada no item 40.6 Risco de seguros/subscrição, uma vez que este já contempla as demais análises de sensibilidade relacionadas ao passivo.

40.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais

estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna são feitas por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;

- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros e contratos de seguros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos e contratos de seguros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de março de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
Recursos de instituições financeiras	307.012.633	25.331.670	38.910.259	26.368.224	3.555.696	401.178.482	349.235.606
Recursos de clientes	177.636.806	32.634.383	131.198.633	311.357.798	740.155	653.567.775	661.915.604
Recursos de emissão de títulos	3.608.797	13.242.664	74.854.815	226.519.204	8.555.118	326.780.598	308.394.880
Dívidas subordinadas	-	-	1.951.144	10.230.209	100.581.212	112.762.565	98.303.398
Passivos de contratos de seguros	578.140.761	14.231.611	8.291.948	30.823.807	105.795.153	737.283.280	697.092.959
Outros passivos financeiros (1)	125.669.757	12.792.467	4.995.070	6.184.619	262.650	149.904.563	117.391.205
Total do passivo em 31 de março de 2026	1.192.068.754	98.232.795	260.201.869	611.483.861	219.489.984	2.381.477.263	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2025	1.078.766.620	111.041.485	258.791.885	598.426.357	185.307.305		2.232.333.652

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de março de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	1.357.588	316.804	1.095.009	280.391	12.617.798	15.667.590	15.970.069
Termo de moedas/outros	10.462.009	927.815	1.123.412	231.777	2.744	12.747.757	7.318.796
• Obrigações por compra a termo	5.108.964	903.696	1.091.233	223.254	2.744	7.329.891	4.507.343
• Obrigações por venda a termo	5.353.045	24.119	32.179	8.523	-	5.417.866	2.811.453
Prêmio de opções lançadas	819.231	51.210	81.291	2.307.112	37.570	3.296.414	2.633.477
Outros	3.472.564	911.940	1.052.719	301.847	1.412	5.740.482	3.330.429
Total de derivativos passivos em 31 de março de 2026	16.111.392	2.207.769	3.352.431	3.121.127	12.659.524	37.452.243	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2025	9.071.971	992.889	3.833.616	1.870.600	13.483.695		29.252.771

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros e passivos de contratos de seguros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

							R\$ mil	
	Circulante			Não circulante			Total em 31 de março de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado		
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos	138.824.486	-	-	-	-	-	138.824.486	137.031.197
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	489.514.967	2.106.404	3.050.476	10.660.129	8.171.048	-	513.503.024	547.789.769
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.933.185	8.411.242	7.776.644	71.262.728	47.272.897	-	147.656.696	138.998.105
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	192.103.821	151.031.638	102.157.821	208.177.940	99.982.718	-	753.453.938	744.457.062
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	267.946.151	59.170.989	2.936.726	1.989.524	-	-	332.043.390	235.485.054
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	8.046.797	23.248.433	27.966.029	130.202.668	66.016.007	-	255.479.934	259.546.571
Outros ativos financeiros (1)	64.260.454	16.586.048	6.675.526	3.781.346	1.667.384	-	92.970.758	73.426.822
Total dos ativos financeiros em 31 de março de 2026	1.173.629.861	260.554.754	150.563.222	426.074.335	223.110.054	-	2.233.932.226	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025	1.084.035.918	244.898.633	149.636.072	418.233.784	239.930.173	-		2.136.734.580
Passivo								
Recursos de instituições financeiras	338.709.795	82.028.186	16.586.423	23.667.130	514.911	-	461.506.445	427.099.494
Recursos de clientes (2)	199.786.552	62.858.668	104.843.170	348.216.700	322.388	-	716.027.478	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	3.377.128	38.434.405	52.736.173	218.213.289	8.597.966	-	321.358.961	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	1.702.503	150.682	5.861.582	29.933.397	20.978.237	58.626.401	54.714.526
Outros passivos financeiros (3)	125.669.757	12.792.467	4.995.070	6.184.619	262.650	-	149.904.563	117.391.205
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.801.034	3.012.486	2.896.228	10.737.325	5.959.413	-	27.406.486	18.268.330
Provisão para Perda Esperada							-	
Compromissos de Empréstimos	298.577	771.254	423.237	58.268	46.847	-	1.598.183	1.815.386
Garantias Financeiras	51.164	111.789	37.478	29.515	1.058.386	-	1.288.332	1.266.804
Passivos de contratos de seguros (2)	359.304.603	13.909.511	7.868.884	24.090.513	23.225.630	-	428.399.141	419.715.476
Total dos passivos financeiros em 31 de março de 2026	1.031.998.610	215.621.269	190.537.345	637.058.941	69.921.588	20.978.237	2.166.115.990	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025	962.932.880	208.892.159	191.832.825	618.988.092	63.635.989	21.524.109		2.067.806.054

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL" estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, leasing financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil			
	Circulante	Não circulante	Total em 31 de março de 2026	Total em 31 de dezembro de 2025
Ativo				
Total dos ativos financeiros	1.584.747.837	649.184.389	2.233.932.226	2.136.734.580
Ativos não correntes mantidos para venda	3.844.491	-	3.844.491	3.757.502
Investimentos em coligadas	-	14.530.525	14.530.525	13.283.440
Imobilizado de uso	-	9.607.531	9.607.531	9.405.491
Ativos intangíveis e ágio	-	26.584.831	26.584.831	25.739.659
Impostos a compensar	3.533.000	9.404.382	12.937.382	12.884.446
Impostos diferidos	21.070.243	89.995.810	111.066.053	111.237.606
Outros ativos	19.658.287	2.975.007	22.633.294	17.284.492
Total dos ativos não financeiros	48.106.021	153.098.086	201.204.107	193.592.636
Total do ativo em 31 de março de 2026	1.632.853.858	802.282.475	2.435.136.333	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2025	1.528.969.671	801.357.545		2.330.327.216
Passivo				
Total dos passivos financeiros	1.438.157.224	727.958.766	2.166.115.990	2.067.806.054
Outras provisões	8.227.265	11.913.632	20.140.897	20.563.201
Impostos correntes	1.581.921	-	1.581.921	2.003.486
Impostos diferidos	-	2.100.073	2.100.073	1.895.931
Outros passivos	58.955.430	5.951.616	64.907.046	59.109.914
Total dos passivos não financeiros	68.764.616	19.965.321	88.729.937	83.572.532
Total do patrimônio líquido	-	180.290.406	180.290.406	178.948.630
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2026	1.506.921.840	928.214.493	2.435.136.333	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025	1.426.405.255	903.921.961		2.330.327.216

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	419.506.011	62.188.949	3.638.043	485.333.003
Títulos públicos brasileiros	343.104.216	-	-	343.104.216
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	56.704.186	19.238.695	3.638.043	79.580.924
Títulos emitidos por instituições financeiras	103.701	42.950.254	-	43.053.955
Aplicações em cotas de fundos	19.139.238	-	-	19.139.238
Títulos públicos de governos estrangeiros	75.755	-	-	75.755
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	378.915	-	-	378.915
Derivativos	(960.045)	2.403.572	(679.992)	763.535
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	14.362.629	13.431.090	376.302	28.170.021
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(15.322.674)	(11.027.518)	(1.056.294)	(27.406.486)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	143.812.484	2.965.212	879.000	147.656.696
Títulos públicos brasileiros	116.954.158	-	5.508	116.959.666
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.775.346	2.546.441	-	9.321.787
Títulos emitidos por instituições financeiras	848.004	418.771	-	1.266.775
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.038.776	-	-	10.038.776
Títulos públicos de governos estrangeiros	5.202.541	-	-	5.202.541
Aplicações em cotas de fundos	130.147	-	-	130.147
Ações de companhias abertas e outras ações	3.863.512	-	873.492	4.737.004
Total	562.358.450	67.557.733	3.837.051	633.753.234

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	462.536.378	60.865.737	3.537.559	526.939.674
Títulos públicos brasileiros	395.031.887	-	-	395.031.887
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	48.387.660	17.519.436	3.537.559	69.444.655
Títulos emitidos por instituições financeiras	20.916	43.346.301	-	43.367.217
Aplicações em cotas de fundos	18.840.361	-	-	18.840.361
Títulos públicos de governos estrangeiros	66.555	-	-	66.555
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	188.999	-	-	188.999
Derivativos	(333.439)	3.689.752	(774.548)	2.581.765
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	9.266.882	11.309.553	273.660	20.850.095
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(9.600.321)	(7.619.801)	(1.048.208)	(18.268.330)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	135.065.868	3.051.953	880.284	138.998.105
Títulos públicos brasileiros	106.709.836	-	6.792	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.617.424	2.039.480	-	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	776.277	1.012.473	-	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.816.817	-	-	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.177.931	-	-	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	122.108	-	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	4.845.475	-	873.492	5.718.967
Total	597.268.807	67.607.442	3.643.295	668.519.544

Reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	3.537.559	880.284	273.660	(1.048.208)	3.643.295
Incluído no resultado	62.221	316	-	-	62.537
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(130)	-	-	(130)
Entradas	71.892	-	102.642	(8.086)	166.448
Vencimentos/vendas	(81.118)	(1.470)	-	-	(82.588)
Transferência entre categorias	-	-	-	-	-
Transferência entre níveis (1)	47.489	-	-	-	47.489
Em 31 de março de 2026	3.638.043	879.000	376.302	(1.056.294)	3.837.051
Em 31 de dezembro de 2024	2.251.689	1.114.117	137.553	(557.558)	2.945.801
Incluído no resultado	687.994	(2.849)	-	-	685.145
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(61.667)	-	-	(61.667)
Entradas	123.219	-	-	-	123.219
Vencimentos/Vendas	(38.258)	(7.995)	(27.595)	35.646	(38.202)
Transferência entre categorias	15.742	(17.438)	-	-	(1.696)
Transferência entre níveis (1)	4.535	-	-	-	4.535
Em 31 de março de 2025	3.044.921	1.024.168	109.958	(521.912)	3.657.135

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento ou redução no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

	R\$ mil		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Resultado líquido de juros	(1.590)	315	(1.275)
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	63.811	(129)	63.682
Total em 31 de março de 2026	62.221	186	62.407
Resultado líquido de juros	489.605	(2.849)	486.756
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	198.389	(61.667)	136.722
Total em 31 de março de 2025	687.994	(64.516)	623.478

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de março de 2026					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(628)	(185.553)	(319.653)	-	(5)	(10)
Índices de preços	(1)	(91)	(174)	-	-	-
Cupom cambial	(62)	(7.896)	(15.114)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.810	45.242	90.484	-	-	-
Renda variável	10.908	272.688	545.376	4.804	120.105	240.211

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(77)	(151)
Índices de preços	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	10.321	258.037	516.075	4.804	120.105	240.211

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de março de 2026				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	332.061.354	-	332.061.354	332.043.390
· a clientes	-	-	628.805.305	628.805.305	646.592.436
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	129.168.948	107.455.784	5.873.269	242.498.001	260.084.187
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	461.613.118	461.613.118	461.506.445
Recursos de clientes	-	-	713.511.375	713.511.375	716.027.478
Recursos de emissão de títulos	-	-	321.086.289	321.086.289	321.358.961
Dívidas subordinadas	-	-	60.077.504	60.077.504	58.626.401

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	235.513.370	-	235.513.370	235.485.054
· a clientes	-	-	617.337.432	617.337.432	635.182.964
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	139.327.089	104.670.553	5.262.708	249.260.350	263.111.062
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	427.535.327	427.535.327	427.099.494
Recursos de clientes	-	-	718.421.538	718.421.538	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	-	-	306.537.715	306.537.715	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

40.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento

da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e

- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Passivos de seguros	R\$ mil					
	Em 31 de março					
	2026			2025		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Vida	26.417.270	54.837	26.362.433	23.331.459	32.830	23.298.629
Previdência	379.677.401	-	379.677.401	345.263.837	-	345.263.837
Não vida	3.815.753	43.213	3.772.540	3.631.594	38.286	3.593.308
Saúde	17.917.166	-	17.917.166	17.303.512	-	17.303.512

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de um aumento na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade;
- Taxa de desconto – representa a taxa aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. O teste avaliou o impacto de um aumento e uma redução na taxa de desconto; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Taxa de Juros - Variação de 0,01% (*)	Em 31 de março de 2026 (**)
Previdência	(232.587)

(*) Para melhor refletir o risco da taxa de juros, foi sensibilizada a rentabilidade projetada dos saldos, utilizada para descontar os fluxos.

Longevidade (<i>Improvement</i>) - Variação de +0,2%	Em 31 de março de 2026 (**)
Previdência	(133.956)

(**) O resseguro não está sujeito à aplicação do choque, pois trata-se de contrato não proporcional e imaterial.

Os testes de sensibilidade em Conversão e Renda do produto Previdência e Longevidade do produto Vida não foram apresentados pois resultaram em zero impacto.

No âmbito do risco de seguros, a taxa de desconto considera a combinação de uma abordagem *bottom-up*, com a taxa livre de risco e o risco de iliquidez. A taxa livre de risco utilizada no desconto dos passivos a valor presente é a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela Ambima/SUSEP. Como fator de choque elegeu-se o DV1 (*Dollar Value of 1 basis point*), por ser uma métrica amplamente utilizada no mercado financeiro para mensurar risco de taxa de juros com o objetivo de facilitar comparações entre diferentes instrumentos, uma vez que traduz a sensibilidade para uma unidade monetária. A Companhia definiu como política contábil o reconhecimento dos ajustes

decorrentes das variações nas taxas de juros diretamente em Patrimônio Líquido (PL), reforçando a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Para os seguros não vida, vida coletivo e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o impacto nas despesas com sinistros no resultado da Companhia, caso houvesse aumento em 1 ponto percentual na sinistralidade, nos últimos três meses da data-base do cálculo:

Sensibilidade - Variação de 1%	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de março de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Não Vida	(14.980)	(14.385)	(14.857)	(14.300)
Vida	(10.321)	(9.421)	(10.147)	(9.371)
Saúde	(65.098)	(59.873)	(65.098)	(59.873)

O efeito da referida sensibilidade é linear. Considerando a sinistralidade apurada no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, observou-se variações inferiores e superiores em Não Vida, respectivamente, de -4 e 4 pontos percentuais, inferiores e superiores em Vida, respectivamente, de -1 e 1 pontos percentuais, e inferiores e superiores em Saúde, respectivamente, de -3 e 3. Cabe destacar que tais variações são monitoradas de forma contínua.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; e

- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como AM Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's ou *ratings* atribuídos internamente.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra

frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é suportado por um ambiente robusto de controles internos e alinhada às exigências regulatórias. A gestão contempla processos estruturados de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos associados às atividades críticas, com mapeamento de processos, definição de controles mitigatórios e acompanhamento por indicadores e testes de aderência. A governança segue o modelo de três linhas, no qual as áreas de negócio são responsáveis pela execução dos controles, a área de Riscos e Controles Internos define metodologias e monitora a efetividade do ambiente de controle, e a Auditoria Interna realiza avaliações independentes. Adicionalmente, em função de o controlador estar sujeito aos requisitos da *Sarbanes-Oxley Act* (SOX), os controles relacionados ao reporte financeiro são formalmente documentados e testados periodicamente, e eventuais deficiências identificadas são tratadas por meio de planos de ação acompanhados pela administração e pelas instâncias de governança.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar, junto às dependências interna e externa da Companhia, os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A política de gestão do risco operacional estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para assegurar a identificação e o gerenciamento eficiente do risco, garantindo a existência de uma estrutura adequada e compatível com a natureza e a

complexidade das operações da Organização.

Ela orienta o monitoramento da exposição ao risco, define limites aceitáveis de perdas e apoia a adequada alocação de capital. Além disso, promove a disseminação da cultura de riscos entre os colaboradores e terceiros, de forma que compreendam seus papéis e responsabilidades na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. A política também contempla mecanismos para avaliação de riscos associados a novos produtos, serviços, processos e sistemas.

O gerenciamento do risco operacional ocorre de maneira corporativa e envolve diferentes áreas com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão. O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização.

O processo de gerenciamento considera ainda o ambiente regulatório, sendo seus principais resultados e aspectos reportados periodicamente à Alta Administração e ao Regulador. Esses procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de modo a assegurar o atendimento ao apetite de risco estabelecido pela Organização. Os eventos de perdas operacionais são analisados e discutidos com as partes envolvidas, incluindo a Alta Administração, pois além de representarem desafios, fornecem insights para o aprimoramento contínuo dos processos. Essas análises contribuem para o fortalecimento da gestão de riscos e o aumento da resiliência operacional na Organização.

Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 356/23, a Organização realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad). Além disso, utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, os eventos de risco operacional são classificados em:

Eventos de Risco Operacional	
Fraudes Internas	Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição.
Fraudes Externas	Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.
Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados.

Controle e Acompanhamento

A mensuração do risco operacional é realizada por meio um sistema estruturado e centralizado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais. Essa solução permite análises quantitativas e qualitativas, estudos de impacto, relatórios gerenciais e identificação de padrões históricos, bem como serve de insumo para o cálculo do capital econômico e regulatório.

Adicionalmente, a Organização utiliza uma solução integrada para gestão de riscos que documenta análises de risco, controles e ações mitigadoras que subsidiam a gestão de incidentes relevantes e a revisão de cenários utilizados em modelos internos, contribuindo para a consistência metodológica e a priorização das iniciativas de mitigação.

Comunicação Interna

A elaboração e o envio dos relatórios gerenciais seguem padrões estabelecidos pelas normas regulatórias e são submetidos à Diretoria Executiva por meio de comissões e comitês de Risco e ao Conselho de Administração. Esses materiais consolidam a visão institucional sobre a exposição ao risco operacional e fornecem subsídios para a tomada de decisão estratégica.

O conjunto de informações são reportadas mensalmente e contemplam o monitoramento do Indicador de Appetite a Risco Operacional (RAS), o acompanhamento do orçamento frente ao realizado de perdas operacionais e a análise de incidentes relevantes, considerando o critério de relevância estabelecido no art. 6º da Instrução Normativa BCB nº 33/20.

Adicionalmente, são submetidos às instâncias de governança os resultados das mensurações do capital regulatório e econômico. Esse processo reforça a aderência regulatória e contribui para a avaliação integrada do nível de capital necessário para a adequada cobertura dos riscos.

Estratégias de mitigação do risco operacional

Para a mitigação do risco operacional, a Organização adota um conjunto integrado de práticas que envolve a disseminação contínua da cultura de riscos, por meio de treinamentos, campanhas internas e ações de capacitação, incluindo prestadores de serviços terceirizados. Esse processo é complementado pelo desenho e pela implementação de controles preventivos e preditivos, alinhados ao mapeamento e à avaliação dos riscos críticos associados às áreas, processos e produtos.

As ações mitigatórias são conduzidas de forma orientada a risco, apoiando a tomada de decisão. O acompanhamento sistemático dos impactos ao Appetite a Risco (RAS) é realizado com avaliações especializadas e análise de causa raiz, assegurando a compreensão dos principais ofensores e correções tempestivas.

Adicionalmente, a Organização conduz revisões periódicas de processos de gerenciamento, fortalecendo a capacidade de prevenção e detecção de incidentes. O processo de captura, registro, reconciliação e monitoramento de perdas operacionais garante a rastreabilidade, acurácia dos dados e conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

Em 2025, a Organização implementou a ABR – Abordagem Baseada em Riscos com o objetivo de identificar e priorizar riscos, para concentrar os esforços e os recursos das Áreas de Riscos nos temas/processos mais críticos e que requerem maior profundidade.

Essa metodologia visa revisar o modelo operacional de Compliance/Controles Internos, proporcionando eficiência operacional e atuação preditiva e preventiva, aumentar a senioridade do quadro, com foco em gestão de riscos, negócios e análise de dados para tomada de decisão mais assertiva, além de integrar a célula de Business Analytics para maior cobertura, ampliação de testes em base de dados e diagnósticos mais apurados e tempestivos.

41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores benefícios, dentre os quais: previdência privada, seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizaram, no 1º trimestre de 2026, R\$ 1.317.610 mil (2025 – R\$ 1.385.240 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

- b) Em 27 de fevereiro de 2026, celebramos um acordo vinculante para uma reorganização societária, entre empresas controladas que consolidará todo o segmento de negócios de saúde da Organização Bradesco sob uma única entidade de capital aberto, a Odontoprev S.A. (“Odontoprev”). Nos termos do acordo, o Bradesco se tornará o acionista controlador direto da Odontoprev, com 91,35% de participação, e a Odontoprev será renomeada para “Bradsaúde S.A.”, atuando como a companhia holding para todas as nossas operações de saúde. A transação envolve uma cisão parcial da Bradseg Participações S.A. e a incorporação de ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev. A reorganização visa simplificar nossa estrutura societária e integrar nossos negócios de saúde para capturar sinergias operacionais e comerciais. Os termos da operação foram negociados por um comitê independente da Odontoprev e foram suportados por um parecer (*fairness opinion*) emitido pelo Citigroup Global Markets Inc.

Em 06 de março de 2026, em continuidade ao acordo celebrado em 27 de fevereiro de 2026, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral os seguintes desdobramentos da Operação: (i) divulgação das informações decorrentes do laudo de avaliação (datado de 5 de março de 2026) das ações da BGS, a valor de mercado, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Odontoprev decorrente da Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 8º e 252 da Lei nº 6.404/1976; e, como consequência da finalização de tais providências; e (ii) convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Odontoprev (“AGE Odontoprev”), para em síntese deliberar sobre: (a) a aprovação da Incorporação de Ações (conforme definido no Fato Relevante Operação) da BGS pela Odontoprev, incluindo o Protocolo e Justificação da Incorporação (conforme definido no Fato Relevante Operação) aditado pelo Primeiro Aditamento, e os respectivos laudos de avaliação; (b) o consequente aumento de capital da Odontoprev; (c) a reforma do estatuto social da Odontoprev, inclusive com a alteração de sua denominação social para “Bradsaúde S.A.”; e (d) a Contribuição de Ativos (conforme definido no Fato Relevante Operação) para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.; tudo conforme descrito no Fato Relevante da Operação.

Em 6 de abril de 2026, foi aprovada a reorganização societária destinada à consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco na Odontoprev S.A., compreendendo (i) a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev S.A. e (ii) a contribuição de ativos e passivos operacionais da Odontoprev S.A. à Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

As referidas operações foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias realizadas em abril de 2026, tendo todas as condições suspensivas previstas nos respectivos protocolos sido verificadas, incluindo as autorizações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), concedidas em 30 de março de 2026 para a incorporação de ações e em 2 de abril de 2026 para a contribuição de ativos.

A incorporação de ações de 30 de abril de 2026, sujeita à homologação pelos Conselhos de Administração competentes, não trouxe impactos patrimoniais ou de resultado reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2026, os quais passarão a ser refletidos, sob todos os aspectos, a partir da data de eficácia da operação.

Data-Base 28.4.2026

***Conselho de Administração**

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior

Membros Independentes

Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina
Regina Helena Jorge Nunes
Paulo Rogério Caffarelli

***Diretoria**

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno
Alexandre Panico
Carlos Henrique Villela Pedras

Diretores

Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alex de Brito Bonifácio
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luís Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Honorato Barbosa
Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
Francisco Henrique França Fernandes
Henrique Leme Pinto Lima
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correia Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Lucas Nogueira e Nogueira
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey

Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nilton Pereira dos Santos Junior
Patrícia Kessler de Assumpção
Patrícia Soares Martil
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Régis Eduardo Preenha Carreira
Renato Camargo Nascimento Junior
Ricardo Barbieri de Andrade
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Rogério Huffenbaeher
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvaný
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Heberclely Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antônio José da Barbara – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Paulo Rogério Caffarelli
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Júlio César Bueno

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Regina Helena Jorge Nunes

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Ivan Luiz Gontijo Júnior – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Rogério Pedro Câmara

Marcelo de Araújo Noronha

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

***Conselho Fiscal**

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Kiyoshi Kavakama
Ava Cohn

Membros Suplentes

Marcos Aparecido Galende
Joaquim Kiyoshi Kavakama
Vicente Carmo Santo

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

***eleições/releições pendentes de homologação pelo BACEN. Consequentemente não tomaram posse do cargo**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco” ou “Banco”) em 31 de março de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais consolidados condensados em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

A administração do Bradesco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, em 31 de março de 2026, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

São Paulo, 29 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

André Dala-Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco) referentes ao primeiro trimestre de 2026 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores de áreas; (ii) o Comitê de Auditoria; e (iii) a KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da companhia.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de abril de 2026

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Ava Cohn

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho
Diretor de Relações com Investidores
investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 2º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri





bradesco